



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CAMILA PINTO FERNANDES LINS

**AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM
UMA UNIDADE ESCOLAR DA CIDADE DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2020 A
2023**

FORTALEZA
2024

CAMILA PINTO FERNANDES LINS

AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM
UMA UNIDADE ESCOLAR DA CIDADE DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2020 A
2023

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Avaliação de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestra em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Pires
de Sousa.

Coorientadora: Profa. Dra. Eveline de
Alencar Costa.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L731a Lins, Camila Pinto Fernandes.

Avaliação do plano nacional de alimentação escolar (PNAE) em uma unidade escolar da cidade de Fortaleza nos anos de 2020 a 2023 / Camila Pinto Fernandes Lins. – 2024.

110 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa.

Coorientação: Profa. Dra. Eveline de Alencar Costa.

1. PNAE. 2. Segurança alimentar. 3. Pandemia. I. Título.

CDD 320.6

CAMILA PINTO FERNANDES LINS

AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM
UMA UNIDADE ESCOLAR DA CIDADE DE FORTALEZA NOS ANOS DE 2020 A
2023

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Avaliação de Políticas Públicas da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestra em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 29/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Eveline de Alencar Costa (Coorientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Elza Maria Franco Braga
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, por todas as graças alcançadas.
Ao meu filho, Otávio Fernandes Lins, que,
com sua prematuridade extrema, me
ensinou sobre força, coragem, resiliência e
a nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa, pela orientação, paciência e confiança no meu trabalho.

À Prof. Dra. Eveline de Alencar pela maravilhosa coorientação e disponibilidade em ajudar na realização deste estudo.

Aos professores participantes da banca examinadora, Dr. Carlos Américo e Dra. Elza Braga, pela disponibilidade, valiosas colaborações e sugestões.

A todos os envolvidos nesta pesquisa: às famílias entrevistadas, à diretora escolar, bem como aos membros da Secretaria Municipal de Educação onde realizamos as entrevistas.

Aos professores e professoras do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, pelos ensinamentos e dedicação.

Aos meus amigos e amigas do mestrado, pelas profundas reflexões durante esse período de estudo, bem como pela parceria nas aulas remotas.

Aos meus amigos Karla Beatriz e Fernando, pela amizade e pelo incentivo constante para que eu não desistisse deste sonho.

À Emília, minha amiga e ex-diretora, pelo incentivo para que eu me inscrevesse nesta seleção em busca de conquistar o sonho de ser mestra.

Ao meu esposo, Cleiton Lins, meu maior incentivador neste processo, obrigada por segurar a minha mão nos momentos mais difíceis e por não permitir que eu abandonasse o mestrado.

Ao meu pai, minha madrasta, minha mãe e irmãos por serem tão presentes e amorosos, e por sempre acreditarem na minha capacidade de superar os desafios.

“Quero que meu filho aprenda, mas primeiro quero comida na mesa”.

(Mãe de um aluno da pesquisa, no período da pandemia).

RESUMO

As pesquisas relacionadas à análise de políticas de segurança alimentar têm ocupado uma posição de destaque no campo das políticas públicas no Brasil. Um programa central nesse contexto é o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa não apenas combater as desigualdades associadas à insegurança alimentar, mas também promover a agricultura familiar, reduzir a evasão escolar e estimular a participação comunitária e o desenvolvimento econômico local. No entanto, nos últimos anos, o PNAE enfrentou desafios significativos, particularmente devido ao contexto da pandemia. O Brasil, reintroduzido no "mapa da fome" em 2015, testemunhou um agravamento dessa situação durante a gestão do Governo Bolsonaro. Em 2020, com o agravamento da pandemia, milhares de famílias vulneráveis, excluídas das políticas sociais básicas, sofreram os impactos dessa crise sanitária. O contexto pandêmico representou uma ameaça iminente à segurança alimentar e nutricional, afetando populações vulneráveis, incluindo povos e comunidades tradicionais. O PNAE, impactado pelo fechamento das escolas, corte de recursos e distanciamento social, precisou se adaptar ao novo cenário. Este estudo tem como objetivo avaliar como o município de Fortaleza - CE executou o PNAE de 2020 a 2023, considerando as mudanças estruturais ocorridas e os impactos da pandemia. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas em uma escola pública da capital. Além disso, examinou-se a eficácia das estratégias adotadas durante a pandemia e a adaptabilidade do programa às mudanças inesperadas. Este estudo contribuirá para o entendimento dos desafios enfrentados pelo PNAE no contexto da pandemia e para a avaliação da execução da política de segurança alimentar em Fortaleza - CE, de 2020 a 2023.

Palavras-chave: PNAE; segurança alimentar; pandemia.

ABSTRACT

Research related to the analysis of food security policies has occupied a prominent position in the field of public policies in Brazil. A central program in this context is the National School Meal Plan (PNAE), which aims not only to combat inequalities associated with food insecurity, but also to promote family farming, reduce school dropouts and encourage community participation and local economic development. However, in recent years, the PNAE has faced significant challenges, particularly due to the context of the pandemic. Brazil, reintroduced to the "hunger map" in 2015, witnessed a worsening of this situation during the administration of the Bolsonaro Government. In 2020, with the worsening of the pandemic, thousands of vulnerable families, excluded from basic social policies, suffered the impacts of this health crisis. The pandemic context represented an imminent threat to food and nutritional security, affecting vulnerable populations, including traditional peoples and communities. The PNAE, impacted by school closures, resource cuts and social distancing, needed to adapt to the new scenario. This study aims to evaluate how the municipality of Fortaleza – CE executed the PNAE from 2020 to 2023, considering the structural changes that occurred and the impacts of the pandemic. The research used a qualitative approach, with semi-structured interviews carried out in a public school in the capital. Furthermore, the effectiveness of the strategies adopted during the pandemic and the adaptability of the program to unexpected changes were examined. This study will contribute to understanding the challenges faced by the PNAE in the context of the pandemic and to the evaluation of the implementation of the food security policy in Fortaleza - CE, from 2020 to 2023.

Keywords: PNAE; food security; pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página Inicial do site da FBSSAN.....	26
Figura 2 - Tipo de Ações empregadas por Estado	32
Figura 3 - Formatos empregados por Estado	34
Figura 4 - Migrantes em Fortaleza	41
Figura 5 - Campo de Concentração no Município de Senador Pompeu	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Valores do Programa Nacional de Alimentação Escolar	23
Quadro 2 -	Ações empregadas para garantia da SAN durante a Covid-19 no Brasil no período pandêmico	31
Quadro 3 -	Alimentos que compunham as cestas básicas segundo os entrevistados	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CapacitaSAN	Capacitação de Atores Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional
CECANES	Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar
CF	Constituição Federal
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DEM	Democratas
DHAA	Direitos Humanos à Alimentação Adequada
EEX	Entidade Executora
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PFZ	Programa Fome Zero
PIB	Produto Interno Bruto

PL	Projeto de Lei
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RBPSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	16
2.1	Objetivo Geral	16
2.2	Objetivos Específicos	16
3	GOVERNO PT & PNAE (2003 – 2016)	17
4	PNAE E GOVERNOS DE DIREITA (2016 – 2019)	22
5	PNAE E PANDEMIA	28
6	O PNAE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DO CEARÁ .	40
6.1	História das Políticas de Segurança Alimentar no Ceará	40
6.1.1	<i>Grandes Secas e Primeiras Políticas</i>	40
6.1.2	<i>Pós Seca</i>	44
6.2	Interações Históricas entre PNAE e o Ceará	45
7	MATERIAIS E MÉTODOS	48
8	RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
8.1	Contexto Social dos Entrevistados	52
8.2	Importância da alimentação escolar pela visão dos participantes da pesquisa	54
8.3	Pandemia e alimentação escolar: perspectiva pelos responsáveis dos alunos da escola municipal em estudo	56
8.4	Alimentos provenientes do PNAE durante a pandemia	59
8.5	Impactos do recebimento (ou da falta) de comida	67
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICE A – INSTRUMENTAL QUALITATIVO	75
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO (TECLE)	109

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas que envolvem a análise de políticas de segurança alimentar costumam ocupar lugar de destaque nas produções científicas do campo de políticas públicas no Brasil. Dentre os programas existentes, o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca-se como um dos mais relevantes, propondo não somente combater as desigualdades inerentes à insegurança alimentar, mas também incentivar a agricultura familiar (AF), reduzir a evasão escolar, e estimular a participação social da comunidade e a economia dos municípios. O PNAE é considerado um importante "mecanismo de garantia de segurança alimentar" (Salgado; Delgrossi, 2022) e, nos últimos anos, passou por diversas alterações, especialmente no contexto pandêmico atual.

Em 2020, com o agravamento da pandemia, muitas famílias mais vulneráveis, excluídas de políticas sociais básicas, sentiram intensamente os impactos dessa crise sanitária.

Dados da Covid-19 ao redor do mundo revelam uma ameaça concreta e imediata referente à segurança alimentar e nutricional (SAN) de populações mais vulnerabilizadas, particularmente povos e comunidades tradicionais. O número de pessoas que sofrem de fome crônica pode aumentar drasticamente, resultando no incremento global da insegurança alimentar e nutricional (InSAN) (Gurgel *et al.*, 2020, p. 2).

Dados mais recentes da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RBPSSAN) indicam que, em 2022, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil revelou que 33,1 milhões de pessoas não tinham garantia de acesso adequado à alimentação. Este cenário resultou em aproximadamente 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira enfrenta algum grau de insegurança alimentar: leve, moderado ou grave (Pesquisassan, 2022).

Durante esta pandemia, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enfrentou múltiplos desafios, incluindo o fechamento de escolas e estabelecimentos comerciais, o distanciamento social e a redução de recursos pelo governo federal. Segundo Salgado e Delgrossi (2022), essas restrições impactaram

diretamente a implementação de programas governamentais, incluindo o PNAE, que precisou se adaptar a este novo contexto.

Diante desse cenário, torna-se relevante avaliar o PNAE considerando as mudanças estruturais recentes, as quais afetaram significativamente milhares de famílias em todo o Brasil. O estado do Ceará, por exemplo, foi um dos mais severamente afetados pela pandemia, exacerbando a desigualdade e a pobreza devido à desarticulação de políticas públicas.

Embora haja uma extensa literatura sobre os benefícios do PNAE, há pouca análise sobre os impactos específicos da pandemia na execução do programa e no fornecimento adequado de alimentação escolar. Este estudo visa preencher essa lacuna, investigando os desafios e oportunidades enfrentados durante o período de 2020 a 2023 em Fortaleza, Ceará. Além disso, pretende-se avaliar a eficácia das estratégias adotadas para manter a operacionalidade do PNAE durante a pandemia, bem como verificar a regularidade no fornecimento de alimentação escolar nas escolas pesquisadas.

Portanto, este trabalho se justifica pela escassez de bibliografia sobre o impacto do PNAE durante a pandemia, especialmente em contextos urbanos como Fortaleza. A revisão bibliográfica realizada revelou apenas um estudo de Costa (2004) que abordou aspectos semelhantes, focando na execução do programa em uma escola municipal de Tauá, Ceará. Este estudo empregou metodologias de estudo de caso, incluindo entrevistas semiestruturadas e questionários, inserindo-se no campo dos estudos mistos (Costa, 2004).

A lacuna na literatura se torna ainda mais evidente ao considerar levantamentos bibliográficos recentes. Em uma revisão sobre o PNAE conduzida por Libermann e Bertolini (2015), dos dez estudos analisados, apenas três abordam diretamente a perspectiva dos usuários, enquanto a maioria foca em questões relacionadas à AF e à política do programa. Revisões mais recentes, como a de Martins *et al.* (2023), omitiram completamente os usuários ou beneficiários do programa, concentrando-se nas implicações da Covid-19 e na AF.

Durante a pandemia, houve uma escassez significativa de produção acadêmica focada nos usuários. A atenção concentrou-se predominantemente na sustentação do programa e na resiliência da AF, com uma lacuna perceptível em relação à experiência dos usuários. Apenas uma dissertação relevante foi identificada durante a pesquisa para este documento, que aborda temas similares ao discutido

aqui: "O PNAE e suas adaptações em meio à pandemia da Covid-19: A Creche como espaço promotor de direitos à Alimentação Adequada", por Lisboa (2021). Este estudo qualitativo envolveu entrevistas com uma coordenadora e cinco mães, explorando suas percepções sobre a distribuição dos kits alimentares e seus sentimentos em relação à pandemia.

No contexto deste estudo, é pertinente destacar o vínculo da pesquisadora (autora deste trabalho) com a comunidade escolar, como docente na rede municipal, o que permitiu uma proximidade com realidades difíceis vivenciadas durante a pandemia. Uma mãe de aluno, por exemplo, expressou suas angústias ao responder a uma cobrança por não participar das aulas remotas de seu filho: "Professora, com todo respeito, eu quero que meu filho aprenda, mas primeiro quero comida na mesa".

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de mais estudos que deem voz a esses atores finais do processo, proporcionando uma compreensão mais profunda de seus trajetórios, como são afetados por essa política específica e, especialmente, como foram impactados durante a pandemia. É por meio desse resgate que podemos não apenas ampliar nosso entendimento sobre a política e seus resultados, mas também utilizar o conhecimento adquirido para aprimorar sua implementação atual.

Assim, este estudo iniciou-se com uma revisão bibliográfica, fornecendo um embasamento teórico robusto sobre o PNAE. Para alcançar os objetivos delineados posteriormente, a pesquisa baseou-se na avaliação de políticas públicas, com um enfoque na intersecção com os estudos de segurança alimentar, utilizando entrevistas semiestruturadas realizadas em uma escola pública de Fortaleza como principal método de coleta de dados, dentro de uma abordagem qualitativa.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Avaliar o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado em Fortaleza - CE nos anos de 2020 a 2023, no que concerne às refeições, controle e aquisição de alimentos.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a percepção e experiência através dos pais e/ou responsáveis pelos beneficiários e beneficiárias do PNAE, de uma escola municipal de Fortaleza - CE, em relação às mudanças ocorridas durante a pandemia;
- Investigar o nível de conhecimento e compreensão dos pais e/ou responsáveis dos beneficiários/as do PNAE sobre os objetivos, funcionamento e diretrizes do programa;
- Avaliar a eficácia das diferentes metodologias empregadas durante o período de pandemia para manter a relação entre as escolas e o PNAE;
- Analisar a adaptabilidade das estratégias do PNAE frente às mudanças inesperadas causadas pela pandemia.

3 GOVERNO PT & PNAE (2003 – 2016)

O PNAE vinha enfrentando um contínuo enfraquecimento desde o governo de Collor, caracterizado pela redução progressiva dos recursos alocados ao programa e pela deterioração da qualidade das refeições oferecidas. Esta deterioração foi exacerbada por barreiras burocráticas que prejudicavam os pequenos produtores locais, dificultando sua competição com grandes empresas do setor alimentício (Silva, 2019). Além disso, houve um afastamento da sociedade civil das discussões, evidenciado pelo fechamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (Silva, 2019).

Esta situação começou a mudar significativamente com a eleição de Lula em 2003, onde a fome e questões correlatas se tornaram temas centrais das políticas públicas. Antes mesmo de assumir o cargo, Lula já se envolvia com essas questões através do Instituto Cidadania, Organização Não Governamental (ONG), que ele coordenava na época. Estudos do Instituto indicavam que 27,8% da população estava em risco de vulnerabilidade alimentar (Silva, 2019), levando à criação do Programa Fome Zero (PFZ).

O PFZ, instituído pela Medida Provisória (MP) nº 103 de 1º de janeiro de 2003, marcou uma virada positiva nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Introduziu mudanças significativas em programas existentes e estabeleceu novas iniciativas. Entre estas, destacam-se o Bolsa Família (PBF), que se tornou um pilar fundamental do PFZ e das políticas de SAN do governo, e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), responsável por formular e implementar políticas nacionais de segurança alimentar (Silva, 2019).

Além disso, o PFZ revitalizou o CONSEA, reintegrando a sociedade civil ao debate e transformando-o em um órgão consultivo direto do presidente da República, fundamental para a formulação de políticas que visavam garantir o acesso universal a alimentos adequados e coordenar esforços para enfrentar desafios alimentares e nutricionais (Silva, 1995). Uma consequência direta e crucial deste movimento foi o fortalecimento do PNAE, que se tornou uma peça central na promoção da alimentação escolar de qualidade em todo o país.

Tal fortalecimento ocorreu em três frentes principais: o aumento do valor per capita, a expansão do escopo de atendimento e a integração de nutricionistas em

papéis estratégicos do Programa (Peixinho, 2013; Silva, 2019). O valor per capita da merenda escolar, que permanecia inalterado desde 1994, foi significativamente ampliado, passando de R\$ 0,06 para R\$ 0,13 por dia para pré-escolas e escolas filantrópicas com Ensino Fundamental. Além disso, creches públicas e filantrópicas foram incluídas como beneficiárias do PNAE, passando a receber repasses de R\$ 0,18 per capita/dia, beneficiando 881 mil crianças de 0 a 3 anos em 17,6 mil creches. O aumento também beneficiou escolas indígenas, cujos valores foram ajustados de R\$ 0,13 para R\$ 0,34 per capita/dia (Takagi, 2010). A inserção dos nutricionistas, por sua vez, visa abordar questões de déficit nutricional, envolvendo a elaboração de cardápios balanceados e adequados às necessidades nutricionais das crianças e jovens, além da realização de atividades educativas em alimentação e nutrição, promovendo a adoção de hábitos saudáveis desde cedo (Peixinho, 2013).

Alinhado ao Programa Bolsa Família (PBF), o PNAE passou a constituir uma frente única, enquanto o PBF trata da segurança alimentar domiciliar, o PNAE concentra-se na alimentação escolar, potencializando assim as políticas de SAN do país. Tais práticas elevaram o PNAE à categoria de Programa Modelo de Alimentação Escolar, sendo que, a partir de 2005, suas práticas foram adotadas não apenas por países da América Latina, mas também em outras regiões como África e Ásia (Peixinho, 2013).

Para aprimorar ainda mais o PNAE e ampliar o conhecimento sobre os hábitos alimentares dos brasileiros, assim como seus aspectos nutricionais e sociais em diferentes regiões do país, foram estabelecidos os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) pela Portaria nº 1.010/2006. Por meio desses centros, foram incentivadas pesquisas e avaliações do PNAE e seus impactos, buscando formas de expandir o programa e abordar problemas prevalentes na época, como desnutrição entre populações socialmente vulneráveis e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis (Silva, 2019).

Apesar das diversas transformações positivas ao longo dos anos subsequentes, o programa estava longe de encerrar seu ciclo. O segundo mandato do Governo Lula marcou um ponto crucial na evolução do PNAE com a promulgação da Lei nº 11.947/2009. Esta legislação, resultado de um processo colaborativo e interdisciplinar, introduziu mudanças profundas no programa, evidenciadas especialmente no artigo 2º, que estabelece diretrizes para a alimentação escolar:

- I- O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II- A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III- A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV- A participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V- O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
- VI- O direito à alimentação escolar, visando garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (Brasil, 2009).

Um dos primeiros destaques reside na garantia da universalidade no processo de alimentação. A lei não só ampliou o público beneficiário do PNAE para abranger toda a educação básica, desde o ensino infantil até o médio, inclusive o EJA, mas também enfatizou a inclusão da educação alimentar e nutricional como um eixo essencial (Beghin, 2022, p. 15). Além disso, houve o reajuste dos valores médios por refeição, resultando em um aumento de 36% no repasse de verbas para o ensino básico (Silva, 2019).

Outro ponto crucial a destacar é a integração da AF no PNAE. Ao estabelecer a obrigação de adquirir no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo programa em gêneros alimentícios diretamente da AF e do Empreendedor Familiar ou suas organizações (Beghin, 2022), e ao priorizar a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e, mais recentemente, mulheres agricultoras, incluindo assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, o PNAE abre caminho para a promoção da inclusão produtiva e do desenvolvimento local (Peixinho, 2013). Ademais, a lei salienta a importância de priorizar alimentos orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar, sempre que viável, contribuindo assim para uma alimentação mais saudável e sustentável para os estudantes. Fortalece ainda o papel da comunidade no controle social, incentivando

uma participação ativa na supervisão das ações implementadas pelos estados e municípios (Peixinho, 2013).

Todas essas mudanças levam o PNAE a uma nova fase, descrita por Silva (2019) como descentralização desconcentrada, caracterizada por uma maior distribuição de competências entre as unidades federativas e uma diversificação de fornecedores e beneficiários, aumentando assim sua capilaridade e consolidando-o ainda mais como uma política singular (Silva, 2019).

No final do seu mandato, o Governo Lula ainda promove avanços significativos na SAN ao promulgar a Emenda Constitucional nº 64/2010, que reconhece a alimentação como um direito social. Destaca-se a importância da sociedade civil nessa conquista, que através do CONSEA, possibilitou essa mudança por meio de mobilizações e campanhas de conscientização (Beghin, 2022).

Na terceira fase do Governo PT, sob a presidência de Dilma Rousseff, ocorreu uma mudança de foco: enquanto o governo de Lula enfatizava a luta contra a fome, o primeiro mandato de Dilma Rousseff concentrou-se principalmente na erradicação da extrema pobreza. Isso se manifestou no lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, que visava garantir renda imediata, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva para as famílias mais carentes (Vasconcelos, 2005). No entanto, essa mudança de ênfase parece ter resultando em um certo enfraquecimento da participação social e da interação com estratégias de SAN, como o CONSEA e os planos de SAN (Beghin, 2022).

Apesar disso, ainda houve alguma interação do Governo com questões relacionadas à SAN. Em 2012, foi lançado o Programa Brasil Carinhoso, uma iniciativa que visava ampliar a oferta de vagas em creches, melhorar o PNAE e fornecer suplementação vitamínica (Vasconcelos, 2005). Tais melhorias consistiram principalmente no aumento de 66% no repasse de verbas para creches e pré-escolas, assim como na destinação de R\$ 17 milhões para a construção de cozinhas¹.

O governo Dilma enfrentou desafios significativos em relação ao PNAE nos seus anos finais, antes do impeachment. A combinação da crise econômica, evidenciada pela queda de mais de 7% no Produto Interno Bruto (PIB) entre 2015 e 2016, juntamente com a redução da atuação do Estado, resultou no aumento da pobreza e da miséria no país. Isso teve um impacto direto nas políticas sociais,

¹ Mais informações estão disponíveis em: https://www.todospelaeducacao.org.br/primeirainfancia/pais_brasil.html.

incluindo o PNAE (Beghin, 2019). Durante esse período, houve uma redução de 9% no orçamento destinado pela administração federal aos estados e municípios para o PNAE, em comparação a 2015 (Vasconcelos, 2005).

Apesar das várias contribuições significativas para o PNAE e as políticas de SAN, o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) termina sua era com um saldo negativo, preparando o cenário para a entrada dos governos de direita, que dariam início a uma corrida pela destruição dos avanços alcançados e pelo desmonte de todos os aparatos criados para manter o direito à alimentação.

4 PNAE E GOVERNOS DE DIREITA (2016 – 2019)

O início do governo de Michel Temer em 2016 marcou uma virada significativa na forma de conceber e implementar políticas sociais no Brasil. Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, abriu-se caminho para a ascensão da extrema direita ao poder. Sob sua liderança, houve a introdução de figuras-chave no processo de desmonte de programas sociais, como Osmar Terra no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que se destacou como um dos expoentes do negacionismo, principal característica da gestão subsequente (Beghin, 2022).

Uma das primeiras grandes políticas implementadas em seu governo foi a do Teto de Gastos. Essa medida impôs severas restrições financeiras aos gastos da União, com duração prevista de 20 anos, comprometendo diversas iniciativas relacionadas às políticas sociais, especialmente na área de SAN. Isso resultou, por exemplo, na desarticulação de programas e ações integrantes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) (Beghin, 2022). Ao tentar "salvar" a economia através de um plano de austeridade fiscal rígida, Temer acabou limitando o crescimento de várias políticas em vigor, criando um ambiente restritivo onde o bem-estar da população tornou-se uma necessidade secundária e nada prosperava além do Mercado (Menezes; Moretti; Reis, 2020).

Apesar do cenário negativo, o PNAE foi beneficiado em 2017 com um aumento nos valores per capita, algo que não ocorria desde 2009, com a promulgação da Lei nº 11.947. Em seu discurso, Temer e seu então ministro da Educação, Mendonça Filho, reiteraram a importância da merenda escolar como parte do processo de garantir alimentação de qualidade e melhorar o desempenho escolar (Nero; Garcia; Almassy Junior, 2022). Complementaram: "Fato importante que quero registrar aqui é que, fora a parte da responsabilidade fiscal que adotamos severamente, não deixamos de lado a responsabilidade social" (MEC, 2017). O incremento destinado à educação básica foi de 20%, em contraste com os acréscimos de 7% observados em outras áreas. No Quadro 1 são apresentados os valores anunciados pelo governo atual, considerando o valor anterior e o atualizado, respectivamente:

Quadro 1 – Valores do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Categoria educacional	Valor anterior	Valor atualizado
Creches	R\$ 1,07	R\$1,37
Pré-Escola	R\$ 0,53	R\$0,72
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64	R\$0,86
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00	R\$2,56
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53	R\$0,68
Ensinos Fundamental e Médio	R\$ 0,36	R\$0,50
Educação de Jovens e Adultos	R\$ 0,32	R\$0,41
Ensino integral	R\$ 1,07	R\$1,37

Fonte: Adaptado de Nero, Garcia e Almasy Junior (2022, p. 11).

Apesar do aumento de recursos para o PNAE e da afirmação de que não deixava de lado a responsabilidade social, o governo Temer enfrentou críticas quanto ao seu compromisso com a promoção dos direitos humanos à alimentação adequada e à SAN. Essas críticas foram evidenciadas nas análises do relatório "Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe", publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2018. Segundo o documento, pelo menos 5 milhões de brasileiros sofriam de escassez de alimentos, um impacto direto do Teto de Gastos (Cruz, 2020). Temer não apenas devolveu a faixa presidencial em 2019, como também trouxe de volta ao país a fome que o Brasil tanto lutou para erradicar.

Se no governo Lula houve o ápice das políticas de SAN, o governo Bolsonaro marcou sua decadência. Um dos primeiros atos de Bolsonaro como presidente foi a extinção do CONSEA. Ações intersetoriais e participativas foram abandonadas, levando a um enfraquecimento na identificação de problemas alimentares e demandas sociais. O governo criou barreiras que não apenas afastavam a sociedade civil das discussões, mas também dificultavam o seu acesso. Medidas como a extinção do PBF, substituído posteriormente pelo Auxílio Brasil, e a diminuição de verbas alocadas em programas essenciais como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) comprometeram gravemente a eficácia das políticas de combate à fome e à insegurança alimentar (Beghin, 2022).

Além do enfraquecimento das políticas, outra característica atribuída a este governo é o negacionismo. Uma das pautas que Bolsonaro e seus ministros mais gostavam de negar era a da fome. Segundo a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina (DEM):

Agricultura para países que tiveram guerra, que passaram fome, é questão de segurança nacional. Nós nunca tivemos guerra, nós não passamos muita fome porque temos manga nas nossas cidades, nós temos um clima tropical. Nós temos miséria, e precisamos tirar o povo da miséria (Tajra, 2019).

O próprio presidente afirmou que a fome no Brasil era inexistente, justificando sua afirmação pela ausência de pessoas esqueléticas. Em suas palavras:

Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora passar fome, não. Você não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo (Salomão; Mazui, 2019).

E ainda acrescentou:

É um discurso populista [falar de fome no Brasil], tentando ganhar simpatia popular, nada mais, além disso. O que nós temos que fazer, nós, Poder Executivo e Legislativo, em grande parte um depende do outro, é facilitar a vida do empreendedor, de quem quer produzir (Salomão; Mazui, 2019).

Esse nível de negacionismo não foi um acontecimento isolado, ocorrendo novamente em 2022. Em uma das entrevistas concedidas durante sua campanha de reeleição, ele afirmou:

Fome no Brasil, fome para valer, não existe como é falado. O que é extrema pobreza? É você ganhar até US\$ 1,9 dólar por dia, isso dá R\$ 10. O auxílio Brasil são R\$ 20 por dia. Então, porventura, quem porventura está no mapa da fome pode se cadastrar [no programa] (...) O que a gente pode dizer: se for a qualquer padaria aqui, não tem ninguém ali pedindo para você comprar um pão para ele, isso não existe. Eu, falando isso, estou perdendo voto. Mas a verdade a gente não pode deixar de dizer (Murakawa, 2022).

Esse negacionismo não deixaria de afetar outras áreas e inspiraria diversas pessoas em posições de poder a adotarem posturas contrárias às políticas existentes, tentando impor modificações que afetariam seu cerne e destruiriam seus avanços. Entre essas políticas, encontra-se o PNAE. Em 2019, estava em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 5.695/2019, de autoria do senador Izalci Lucas (PSDB/DF), que propunha alterações no processo de repasse de verbas, que, em vez de serem vistas como despesa da União, seriam transferidas diretamente do Tesouro Nacional para os estados e municípios. O projeto justificava essa alteração como uma forma de aumentar o repasse e diminuir as discrepâncias sofridas pelos

entes federados. O documento é repleto de críticas sobre como os programas denominados "universais", como o PNAE, o Transporte Escolar e outros, são políticas que reforçam desigualdades por não terem critérios de focalização, tratando "de forma igual os desiguais" (Brasil, 2019, p. 6).

Além dessa mudança, o documento previa uma maior flexibilização de como cada ente federado poderia gastar as verbas repassadas, o que diminuiria as vistorias que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) precisava fazer frequentemente para verificar o cumprimento das normas. Uma dessas flexibilizações se daria na compra de 30% de produtos da AF, conforme pode ser observado a seguir:

Toma-se, por exemplo, duas exigências que são impostas às entidades executoras do programa, a título de ilustração. Uma delas é a exigência de que 30% da aquisição dos gêneros alimentícios para alimentação escolar venha da Agricultura Familiar, sem a necessidade de processo licitatório. Essa regra não é facilmente executável em todas as localidades, o que cria incentivos para seu descumprimento e a necessidade de fiscalização, tanto interna quanto externa, o que gera custos para o Estado brasileiro (...). Apesar de se entender a importância e a necessidade da correta aplicação dos recursos na alimentação saudável das crianças e adolescentes das escolas públicas, tal burocracia imposta aos executores do programa resulta na necessidade de monitoramento sendo comum a ausência de avaliações sobre os resultados alcançados pelo programa, falhas frequentemente atribuídas ao FNDE pelos órgãos de controle (Brasil, 2019, p. 7-8).

E completa:

Contudo, todos esses serviços estão universalizados e já constituem práticas consolidadas e institucionalizadas, sendo vistas pela população como direitos (o que de fato são conforme a CF). Por isso, não mais se justifica, hoje, o nível de enrijecimento atual do gasto público federal em educação básica, sendo mais eficiente conferir maior autonomia aos entes federados, que conhecem melhor que a União as realidades locais (Brasil, 2019, p. 8).

O discurso revela um desconhecimento sobre o monitoramento do PNAE pelos CECANEs. A universalização dessas práticas, tal como se encontra, não é fruto do acaso, mas sim de constante pesquisa, monitoramento e ação dos poderes públicos. Contudo, essa não foi a única tentativa de alteração que essa lei sofreu. A Proposta de Lei 3.292/2020 buscou criar reservas de mercado para a compra de leite e retirar a preferência pela compra de produtos agrícolas produzidos por empreendedores familiares rurais e pelas comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (Brasil, 2020).

Diante desses ataques ao esforço já realizado, a sociedade brasileira não permaneceu passiva. Em 2019, surgiu o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), atuando como uma rede de organizações, movimentos sociais e instituições de pesquisa que se uniram para estabelecer um novo ambiente de atuação da sociedade civil, com o objetivo de enfrentar os desafios presentes e futuros. Nesse contexto, posicionamentos públicos contrários ao fechamento do CONSEA e aos projetos de lei que poderiam prejudicar o PNAE emergiram como atos de resistência contra as ações governamentais (Beghin, 2022). Um exemplo disso é a "Carta em defesa da educação e da alimentação escolar", criada pelo FBSSAN como uma resposta direta à Proposta de Lei 5.695/2019 (Figura 1).

Figura 1 - Página inicial do site da FBSSAN



Fonte: FBSSAN (2023)

Uma etapa importante nesse movimento de resistência foi a convocação da Conferência Nacional Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Essa iniciativa teve como objetivo não apenas manter viva a agenda de SAN, mas também fortalecer a articulação entre os atores da sociedade civil, mesmo diante do fechamento do CONSEA. A mobilização popular desempenhou um papel crucial ao manter em foco a importância da SAN e da participação cidadã na formulação e implementação de políticas públicas (Beghin, 2022).

A resistência popular durante o governo Bolsonaro evidenciou a vitalidade das vozes da sociedade civil na defesa de direitos alimentares e nutricionais básicos. Enquanto o governo adotava medidas que poderiam enfraquecer programas e políticas essenciais para a segurança alimentar, as ações da sociedade civil buscaram preservar e fortalecer esses pilares fundamentais. Entretanto, o ano de 2020 marcaria

o advento da pandemia, a qual não apenas reconfiguraria a perspectiva dos programas sociais, notadamente o PNAE, mas também acentuaria significativamente a ênfase atribuída às temáticas de SAN.

5 PNAE E PANDEMIA

Como discutido no capítulo anterior, o Brasil já enfrentava uma série de desafios e problemas relacionados à segurança alimentar antes da pandemia. Todas as políticas criadas para lidar com esses problemas, especialmente o PNAE, estavam constantemente sob ameaça e desmonte. Outras instâncias que ofereciam suporte, como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o CONSEA e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), foram reduzidas ou desarticuladas. Até mesmo o PBF, outrora uma política de destaque, sofreu cortes significativos. Em 2019, o número de famílias atendidas foi reduzido em um milhão, e o orçamento aprovado para 2020 era 3 bilhões de reais menor que o anterior (Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni, 2020).

Paralelamente, o Brasil caminhava a passos largos para voltar ao Mapa da Fome. Entre 2015 e 2018, a situação econômica do país foi marcada pelo aumento da desocupação e da subutilização da força de trabalho, atingindo 6,9% e 24,6% da população, respectivamente. Concomitantemente, a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza também aumentou. A proporção de pessoas vivendo com menos de 5,50 dólares por dia cresceu de 22,8% para 25,3%, abrangendo cerca de 52,5 milhões de indivíduos. Já a proporção de pessoas vivendo com até 1,90 dólares por dia aumentou de 4,5% para 6,5%, representando um crescimento de quase 50% (Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni, 2020).

Somando-se a isso, durante o período pandêmico, o país era presidido por Jair Bolsonaro, um político que negava abertamente os problemas sociais do Brasil, o que agravou ainda mais a situação. Quando a pandemia atingiu o país, não houve qualquer tipo de preparação por parte do governo. Bolsonaro se recusou a discutir o problema com outros chefes de estado e adotou uma postura populista e negacionista, confiando que o Brasil superaria a crise por conta própria e afirmando repetidamente que a Covid-19 não passava de uma "gripezinha" ou um "resfriadinho" (Hur; Sabucedo; Alzate, 2021). Ele chegou a fazer essas declarações em rede nacional no dia 24 de março de 2020, minimizando o impacto da doença e afirmando que seu "histórico de atleta" diminuía os efeitos do contágio. A seguir, apresenta-se o relato completo do comunicado:

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou 'resfriadinho', como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão (BBC News, 2023).

Apesar do posicionamento adotado pelo presidente, várias medidas foram implementadas em nível estadual e municipal por governadores e prefeitos, incluindo o fechamento de estabelecimentos públicos e comerciais, restrições ao transporte e adoção de *lockdown*, este último aplicado durante períodos de alto contágio. Bolsonaro criticou vigorosamente essas ações, defendendo um retorno à "normalidade" e o abandono do "conceito de terra arrasada", conforme ilustrado na seguinte declaração:

O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde (UOL, 2020).

Apesar das críticas presidenciais, foram implementadas medidas de contingência em nível nacional com o objetivo de conter a propagação da doença. Uma dessas medidas foi o fechamento das escolas, decretado em 23 de março de 2020 (Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni, 2020). Com o cancelamento das aulas, surgiram debates sobre o futuro do PNAE, uma das últimas políticas que ainda garantia acesso à SAN. A resposta veio através da Lei nº 13.987/2020, promulgada um mês após o fechamento emergencial das escolas (Sperandio; Moraes, 2021).

Inicialmente uma resposta ao despreparo do FNDE diante da pandemia, esta lei representou uma medida excepcional para assegurar a continuidade da alimentação dos estudantes durante a suspensão das aulas. Temporariamente autorizou a distribuição direta de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE às famílias dos estudantes das escolas públicas de educação básica (Sperandio; Moraes, 2021), visando mitigar os impactos imediatos da interrupção das refeições diárias fornecidas pelo programa escolar.

Em consonância com a Lei nº 13.987/2020, foi estabelecida a Resolução CD/FNDE nº 02/2020, que serviu como guia regulamentar para a execução do PNAE

durante o período de calamidade pública. Esta resolução determinou que, durante a suspensão das aulas devido à emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE poderia ser feita às famílias dos estudantes matriculados na rede pública de ensino. Além disso, concedeu autonomia aos gestores locais para estabelecer os critérios de distribuição, permitindo que cada Entidade Executora (EEx) elaborasse estratégias específicas para garantir o acesso à alimentação (Sperandio; Morais, 2021).

Outra iniciativa legislativa relevante foi o PL nº 22 de 2020, que propôs alterações na Lei nº 11.947/2009 para facilitar a distribuição imediata dos recursos financeiros destinados à aquisição de gêneros alimentícios aos pais ou responsáveis dos estudantes do PNAE, conforme detalhado a seguir:

I - A distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei;

II - A distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados dos recursos financeiros recebidos para aquisição de gêneros alimentícios, nos termos desta Lei, não considerada, nesta alternativa, a parcela de recursos obrigatoriamente destinada à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, prevista no art. 14 desta Lei (Brasil, 2020, p. 43).

A medida derivada da MP 934/2020 visava atender às necessidades alimentares dos estudantes durante a suspensão das aulas devido à emergência. No entanto, após ser submetido à análise da Câmara dos Deputados e do Senado, o artigo que previa o repasse financeiro do PNAE foi vetado pelo presidente da República (Sperandio; Morais, 2021).

Neste contexto oficial de implementação da distribuição de conjuntos alimentares e da liberdade conferida às Entidades Executoras para delinear as modalidades práticas de execução, diversos estados implementaram variações nessas medidas. De maneira geral, podem-se identificar quatro principais categorias de ações: Transferência de Renda, Iniciativas do PAA, Intervenções do PNAE e Distribuição Direta de Alimentos (Gurgel *et al.*, 2020).

Os detalhes sobre como cada uma dessas iniciativas foi colocada em prática podem ser encontrados no Quadro 2.

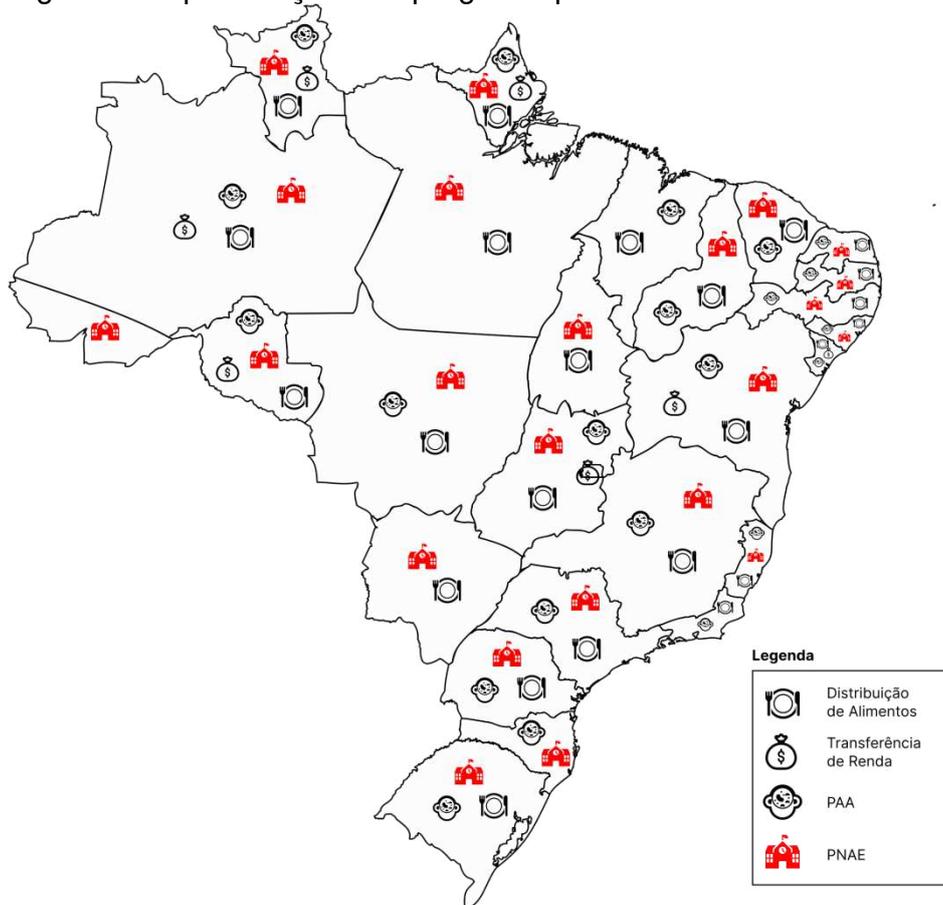
Quadro 2 - Ações empregadas para garantia da SAN durante a Covid-19 no Brasil no período pandêmico

Ações	Formato
Transferência de Renda	Auxílio Emergencial
PAA	Compra de doação simultânea
	Compra Institucional
	PAA Leite
	Formação de Estoques
	Aquisição de Sementes
PNAE	Kits de Alimento
	Auxílio Financeiro
	Manutenção de Refeição nas Escolas
Distribuição de Alimentos	Cestas básicas
	Cartão/Voucher Alimentação
	Equipamentos públicos de SAN

Fonte: Gurgel *et al.* (2020).

Antes de abordarmos a implementação dessas medidas, é indispensável compreender a extensão geográfica do cenário, isto é, discernir quais destas foram adotadas em cada estado. Isso se justifica pelo fato de que, apesar da diversidade de estratégias, nem todos os estados adotaram a totalidade das ações, optando por aquelas que melhor se alinhavam com suas circunstâncias na época. A Figura 2 ilustra a distribuição das ações por estado, sendo que aqueles que implementaram medidas relacionadas ao PNAE, considerando o período de 20 de março à 30 de junho de 2020, estão assinalados com um ícone em coloração vermelha.

Figura 2 - Tipo de ações empregadas por estado



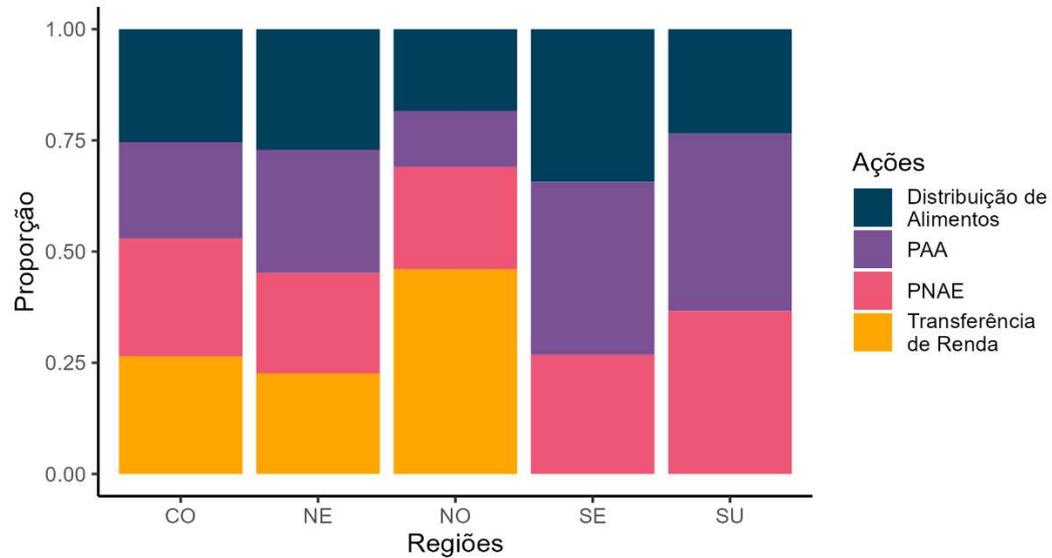
Fonte: Adaptado de Gurgel *et al.*, 2020.

É perceptível inicialmente que as iniciativas do PNAE predominam no cenário analisado. Em apenas dois estados (Maranhão e Rio de Janeiro), o que corresponde a uma cobertura de 92%, não foram registradas intervenções provenientes deste programa. Adicionalmente, o PNAE se destaca pela sua ampla capilaridade, sendo em alguns casos o único programa adotado, como observado no Acre. Esta predominância é apenas superada pela Distribuição de Alimentos, presente em 96% do território nacional. Em terceiro lugar, posiciona-se o PAA, com uma cobertura de 84%, enquanto a Transferência de Renda apresenta o menor alcance, inicialmente implementada em apenas seis estados, abrangendo 23% do país.

Ao analisar regionalmente, é possível obter uma visão mais esclarecedora sobre a abrangência de cada medida. A Transferência de Renda, por exemplo, foi implementada de forma restrita a apenas três regiões, com maior destaque no Norte do país, correspondendo a 50% das incidências. Por outro lado, as demais ações foram amplamente executadas em todas as regiões, destacando-se especialmente no Nordeste, onde alcançaram os maiores níveis de implementação (40% para a

Distribuição de Alimentos, 41% para o PAA e 33% para o PNAE). Essa dinâmica pode ser visualizada no Gráfico 1.

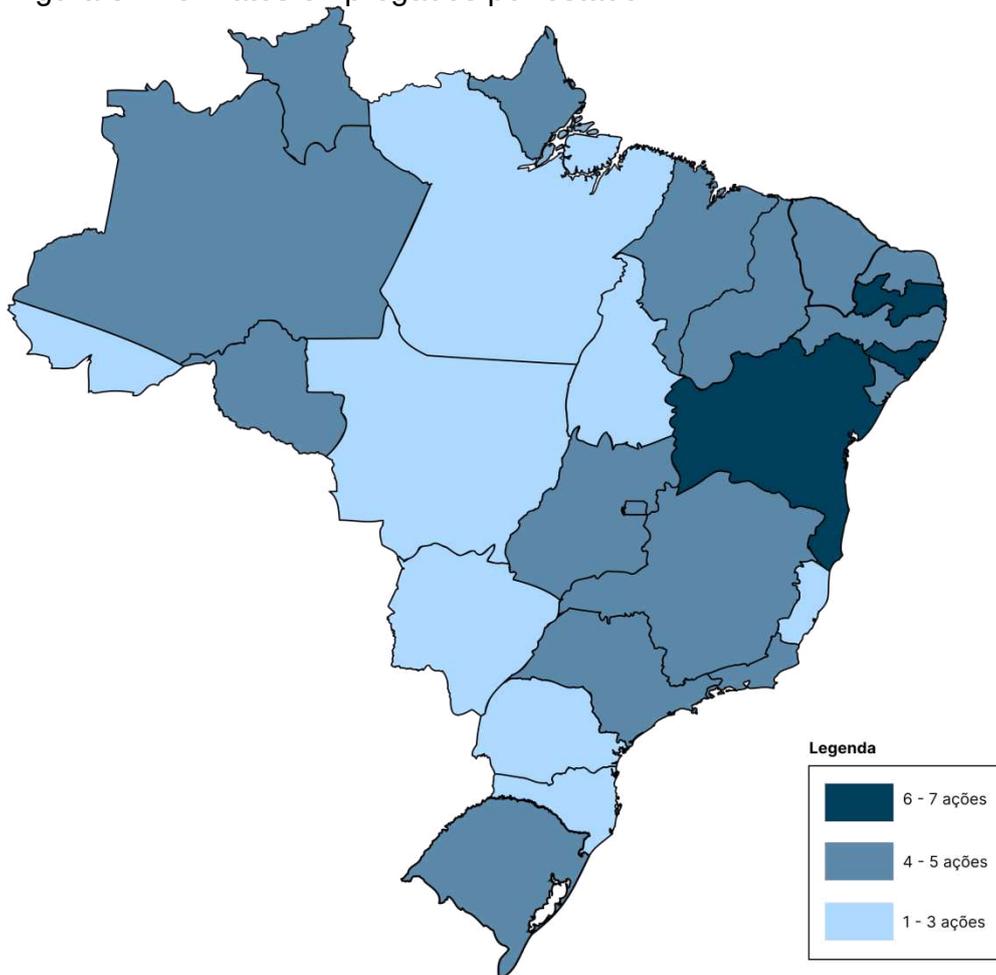
Gráfico 1 - Proporção de Ações por Regiões



Fonte: Adaptado de Gurgel *et al.* (2020).

No que se refere ao formato adotado para a implementação de cada uma das ações, observa-se uma média de quatro modalidades, com um máximo de sete e um mínimo de apenas uma. A Figura 3 ilustra essas interações, onde a intensidade da tonalidade correlaciona-se positivamente com a diversidade de formatos de ações implementados em cada localidade específica.

Figura 3 - Formatos empregados por estado



Fonte: Adaptado de Gurgel *et al.*, 2020.

Evidencia-se que apenas no Nordeste foram implementados mais de seis formatos distintos, destacando-se Paraíba, Alagoas e Bahia, em contraste com outras regiões que adotaram combinações variando de uma a cinco modalidades diversas.

Diante dessas considerações, é pertinente discutir como essas estratégias foram executadas. Uma parcela significativa dos estados, conforme evidenciado nos mapas, optou por ações do PNAE, predominantemente através da distribuição de kits de alimentos e refeições prontas. Enquanto as refeições prontas possuem custo unitário mais baixo e podem ser oferecidas diariamente, os kits proporcionam flexibilidade na distribuição semanal ou mensal. No entanto, os kits tendem a ter custos mais elevados, afetando tanto a qualidade quanto a quantidade dos alimentos fornecidos (Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni, 2020).

A composição dos kits é responsabilidade dos nutricionistas, levando em consideração as faixas etárias dos estudantes e o período de atendimento escolar. Nesse contexto, os nutricionistas assumem novas responsabilidades ao determinar

os tipos e quantidades de alimentos nos kits distribuídos às famílias dos estudantes, assegurando que os alimentos fornecidos sejam equilibrados e contribuam para a saúde dos alunos, além de facilitar o acesso a uma alimentação de qualidade, através de orientações claras sobre o uso adequado dos alimentos e embalagens (Sperandio; Morais, 2021).

A eficiente distribuição foi crucial para evitar aglomerações. Os familiares podiam retirar os kits, com opções de entrega domiciliar ou em locais alternativos, apoiados por estruturas públicas e redes de assistência. Além dos kits, a distribuição de cestas básicas também foi contemplada, especialmente destinadas a famílias vulneráveis. No entanto, a composição das cestas nem sempre seguia os princípios do PNAE, resultando em variações nos alimentos oferecidos (Sperandio; Morais, 2021).

Além disso, algumas regiões optaram por fornecer refeições prontas (marmitex), o que demandou rigorosa atenção à qualidade e higiene. No entanto, esse método pode resultar em aglomerações tanto no processo de preparo quanto na distribuição (Sperandio; Morais, 2021).

Diversos desafios surgiram com essas iniciativas. Os custos e a qualidade dos alimentos nos kits foram uma preocupação constante, uma vez que as refeições diárias são mais acessíveis, mas requerem maior envolvimento das famílias. A falta de coordenação entre governo federal, estados e municípios também foi um problema, levando a medidas desalinhadas, desperdício de recursos e negligência em ações já implementadas. Questões de higiene e risco de aglomeração precisam ser cuidadosamente gerenciadas, considerando também o nível educacional muitas vezes limitado das famílias, necessitando de orientações claras e acessíveis (Sperandio; Morais, 2021).

Além disso, houve a concessão de Auxílio Financeiro, uma modalidade de assistência implementada por diversos estados e municípios, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí, Goiás e Distrito Federal, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro às famílias de estudantes da rede estadual (Sperandio; Morais, 2021). Os valores variavam de R\$ 50,00 a R\$ 179,10 conforme o estado, sendo distribuídos através de transferências bancárias ou cartões/vales alimentação, permitindo a compra de alimentos em estabelecimentos credenciados (Gurgel *et al.*, 2020). É crucial ressaltar, no entanto, que apesar de desempenhar um papel crucial na redução da vulnerabilidade social e econômica, o Auxílio Financeiro

não era universal, sendo direcionado principalmente para indivíduos cadastrados no Cadastro Único (Sperandio; Morais, 2021).

Por fim, a distribuição de cestas básicas emergiu como preferencial para algumas autoridades locais (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020). Ao optar por essa abordagem, os órgãos destacaram a vantagem de adquirir alimentos em grande quantidade, possibilitando atender um maior número de pessoas afetadas pelo distanciamento social. A distribuição direta de cestas básicas visava fornecer uma seleção de alimentos essenciais, garantindo que as famílias tivessem acesso aos itens básicos necessários para uma dieta equilibrada.

Por outro lado, a concessão de auxílio financeiro, seja por meio de cartão ou depósito bancário, apresentou-se como uma alternativa ágil e flexível (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020). Esse método permitia às famílias escolherem alimentos de acordo com suas necessidades individuais e preferências. Além disso, o auxílio financeiro tinha o potencial de aumentar a renda das famílias e, conseqüentemente, reduzir os gastos diários com alimentos, minimizando os impactos econômicos da pandemia.

Outro aspecto que sofreu modificações durante a pandemia foi a relação do PNAE com a AF. Como discutido anteriormente, apesar das tentativas de alteração na legislação, a continuidade do PAA e de outras formas de apoio permaneceu comprometida devido aos desafios impostos pela pandemia. Surgiu então a necessidade de encontrar soluções para manter o vínculo com a AF e garantir o fluxo contínuo de alimentos. O FNDE demonstrou preocupação com essa questão, oferecendo orientações através da Cartilha com Orientações do PNAE. Novas estratégias foram propostas, incluindo a manutenção da compra de produtos da AF e a adoção de chamadas públicas eletrônicas. Além disso, houve uma orientação clara para a manutenção dos contratos estabelecidos com os agricultores familiares, assegurando que estes não fossem prejudicados (Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni, 2020).

A implementação das chamadas públicas eletrônicas, entretanto, apresentou desafios significativos para os pequenos agricultores. Embora tenha reduzido o risco de aglomerações durante o processo, a necessidade de acesso à internet e competências tecnológicas acabou por limitar a participação desses agricultores (Sperandio; Morais, 2021).

Paralelamente às ações do PNAE e do Governo Federal, outras iniciativas ocorriam em diversos setores da sociedade. ONGs, igrejas, associações comunitárias

e grupos anônimos desempenharam um papel crucial na linha de frente, especialmente em áreas onde a assistência governamental era limitada. Essas entidades dedicaram esforços incansáveis na distribuição de cestas básicas e ajuda humanitária para os mais afetados pela pobreza e extrema pobreza, destacando-se iniciativas notáveis como a Ação da Cidadania (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

No entanto, também foram levantadas preocupações quanto a possíveis irregularidades nos processos de licitação envolvendo terceiros; algumas Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram questionadas devido a conflitos de interesse e possíveis violações da legislação trabalhista. Além disso, investigações sobre o uso inadequado de recursos surgiram, como no caso de Pernambuco, onde a compra de cestas básicas com fundos públicos levantou suspeitas de contratação de empresas fantasmas (Gurgel *et al.*, 2020).

À luz de tudo o que foi discutido, observa-se que o PNAE, apesar dos diversos ataques diretos e indiretos que enfrentou, conseguiu resistir e assegurar o acesso à alimentação para pelo menos uma parte da população. Contudo, é crucial tecer críticas às soluções implementadas.

Conforme evidenciado na compilação apresentada neste capítulo, ficou claro que as medidas adotadas se concentraram predominantemente no consumo, negligenciando significativamente a cadeia produtiva (Gurgel *et al.*, 2020). Além disso, a falta de assistência direcionada a grupos em maior situação de vulnerabilidade e a falta de consideração pelas disparidades sociais e territoriais exacerbaram ainda mais a insuficiência das medidas. A pandemia evidenciou as desigualdades no acesso a serviços de saúde, saneamento básico, habitação adequada e recursos econômicos, destacando a necessidade urgente de abordagens específicas para proteger os mais vulneráveis.

Outro aspecto crítico é que as políticas implementadas não levaram em conta as diferenças regionais e socioeconômicas do Brasil, um país vasto e diversificado com uma multiplicidade de contextos e desafios distintos. A falta de adaptação das políticas para atender às necessidades específicas de cada região limitou a eficácia das ações governamentais (Gurgel *et al.*, 2020). Isso foi evidente até mesmo na padronização das cestas e kits distribuídos, que não respeitaram a diversidade cultural alimentar local, especialmente no caso dos povos tradicionais (Gurgel *et al.*, 2020).

Durante a pandemia, também ficou patente a ausência de um sistema robusto de regulamentação e monitoramento dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil, representando uma lacuna crítica na proteção dos direitos fundamentais da população, especialmente no que tange à alimentação adequada (Alpino *et al.*, 2020). A falta de monitoramento adequado foi exacerbada por retrocessos institucionais e orçamentários, como a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a inoperância da CAISAN, enfraquecendo ainda mais a capacidade do governo de proteger e promover a alimentação adequada em tempos de crise.

A regulamentação efetiva dos Direitos à Alimentação é crucial em qualquer contexto, tornando-se ainda mais urgente durante crises como a pandemia. Garantir o acesso à alimentação adequada é fundamental para a saúde e bem-estar da população, e a falta de regulamentação apropriada expôs vulnerabilidades significativas, especialmente entre grupos marginalizados e economicamente desfavorecidos. A falta de ações eficazes para proteger e promover os DHAA enfraqueceu a resposta governamental à crise e evidenciou as fragilidades do sistema de SAN do país diante de desafios.

Além disso, persistem questões relacionadas ao conceito de Universalidade. Conforme discutido anteriormente, foi concedida autonomia às EEx para estabelecer critérios de elegibilidade na distribuição de alimentos ou refeições financiadas pelo PNAE. Essa flexibilidade foi vista como uma resposta ágil à complexidade de preparar kits alimentares para todos os estudantes, considerando as limitações dos recursos federais. Contudo, essas ações resultaram, em alguns casos, em critérios restritivos que excluíram estudantes que também necessitavam desses alimentos, como exemplificado em escolas que vincularam a assistência alimentar apenas aos beneficiários do PBF (Amorim; Ribeiro Junior; Bandoni, 2020).

O uso de critérios socioeconômicos para determinar os beneficiários durante a pandemia pode ser interpretado como uma flexibilização inadequada do princípio de Universalidade, que é um pilar central do programa. A vulnerabilidade social é dinâmica, e adotar critérios baseados em programas sociais, como o PBF, foi considerado uma violação desse direito, especialmente em um contexto de pandemia, quando o número de famílias em insegurança alimentar aumentava e o processo de cadastramento nesses programas estava dificultado. O PNAE, como parte de uma

Política Nacional, deveria continuar a beneficiar todos os estudantes, mesmo em tempos de crise (Sperandio; Moraes, 2021).

Em conclusão, a pandemia não apenas destacou a importância do PNAE, mas também evidenciou a necessidade de reformular e fortalecer suas políticas e práticas para enfrentar desafios emergentes, garantindo assim o acesso à alimentação adequada para todos os estudantes, independentemente das circunstâncias. Essas lições aprendidas devem orientar esforços para fortalecer o sistema de SAN do país em tempos de crise, assegurando a inclusão e proteção de todos os cidadãos.

6 O PNAE E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DO CEARÁ

6.1 História das Políticas de Segurança Alimentar no Ceará

A história da SAN no Ceará teve início na década de 1970, caracterizada pelo surgimento da participação popular, em que a população mais desfavorecida passou a influenciar os processos de formulação de políticas sociais visando atender às suas necessidades (Fé; Oliveira; Ávila, 2021). Este movimento ganhou expressividade em Fortaleza nos anos 1970 e se intensificou na década de 1980 com a implementação da "administração popular" pelo PT no governo municipal.

A partir dos anos 1990, o Ceará alinhou-se com o movimento nacional na formulação e implementação de estratégias e políticas de SAN. A sociedade civil desempenhou um papel crucial nesse processo, apesar do suporte político limitado, destacando-se organizações não governamentais e instituições de ensino superior.

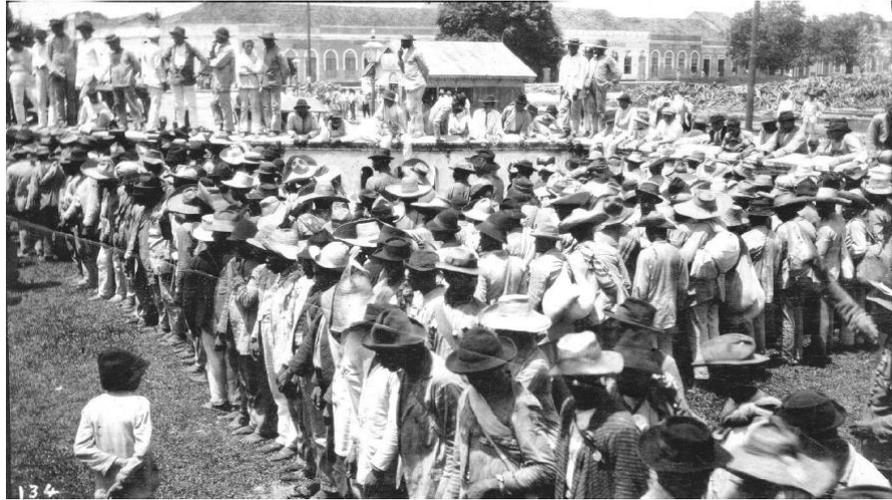
6.1.1 Grandes Secas e Primeiras Políticas

Os primeiros registros das Grandes Secas no Ceará remontam a 1876. Esta calamidade não se restringiu ao Brasil, mas também impactou diversas regiões globais, como Java, Filipinas, Nova Caledônia, Coreia, África do Sul e o Magreb (Secreto, 2020). Os efeitos devastadores foram particularmente sentidos no Estado, especialmente entre os habitantes do interior, resultando em um aumento significativo da migração. Os sertanejos abandonaram suas terras em busca de condições de vida melhores, muitas vezes deslocando-se para o litoral ou mesmo para além das províncias afetadas. Importante ressaltar que a motivação para esse êxodo não se limitava apenas à escassez de chuvas, mas também a fatores sociais como a concentração de terras e a ausência de infraestrutura hídrica (Secreto, 2020).

Rodolfo Teófilo (1997) estimou que aproximadamente 114 mil retirantes chegaram a Fortaleza durante esse período, transformando a capital em um "reino assustador". A chegada desses migrantes, apesar dos desafios, foi vista positivamente, especialmente porque, simultaneamente, os proprietários cearenses lamentavam a perda de escravos devido ao tráfico interprovincial. Isso levou à necessidade de reorganizar as relações de trabalho na província com base no trabalho livre ou semi-livre nacional, permitindo que essas pessoas fossem

aproveitadas como mão de obra, ao contrário da seca anterior de 1844-1845, quando apenas assistência caritativa, e não emprego remunerado, foi oferecida (Secreto, 2020). Assim, o migrante se tornou uma alternativa viável de mão de obra barata e abundante para a classe burguesa (Figura 4).

Figura 4 - Migrantes em Fortaleza



Fonte: Arquivo Nirez (s.d.).

A crítica à "esmola" como resposta à fome emergiu como um dos primeiros temas do debate sobre a situação. André Rebouças, um destacado reformista brasileiro, foi uma das principais vozes nesse contexto. Ele propôs que o Estado seguisse o modelo britânico na Índia, sugerindo que o socorro estatal não se limitasse à caridade, embora esta fosse importante, mas sim à remuneração em troca de trabalho, visando reduzir a ociosidade, a vagabundagem e a mendicância entre os retirantes (Secreto, 2020). Dessa maneira, Rebouças abordava tanto a questão da seca quanto a da falta de mão de obra, criando oportunidades para estabelecer um mercado de "trabalhadores livres".

A coexistência entre a sociedade fortalezense e os retirantes foi profundamente afetada por uma grande seca ocorrida em 1915. Nesse período, Fortaleza passava por uma notável transformação urbana, com expansão e remodelação de espaços públicos para atender aos padrões exigidos pela modernidade (Pereira, 2019). No entanto, o ano de 1915 também começou promissor, com chuvas significativas em fevereiro e iniciativas do governador Benjamin Barroso, que adquiriu e distribuiu sementes de algodão mocó aos agricultores. Infelizmente, as chuvas cessaram, dando lugar a uma prolongada estiagem.

A seca trouxe consigo uma nova onda de retirantes desnutridos e doentes para a cidade, intensificando mendicância, criminalidade e prostituição. Fortaleza, que se via como uma cidade moderna e civilizada, agora enfrentava uma crise humanitária. Houve relatos de saques na região do Jaguaribe em julho, enquanto cidades como Sobral e Iguatu testemunharam famílias em busca de alimentos e passagens para Fortaleza. Além disso, surgiram casos graves de abandono de crianças e até mesmo de canibalismo (Pinheiro Neto, 2014).

A elite cearense estava preocupada com a migração dos retirantes para outras regiões ou países, receando um esvaziamento demográfico. Mesmo em anos de chuva, a economia do Ceará não oferecia oportunidades suficientes, o que resultava em migrações sazonais. A produção de borracha na Amazônia, especialmente, atraía cearenses em busca de melhores condições. Surgiram controvérsias entre o governo estadual e federal sobre como lidar com a crise. Enquanto a elite local buscava verbas para construções, o governo federal preferia incentivar migrações para a Amazônia (Pinheiro Neto, 2014).

A resposta de Barroso foi a criação de abrigos para os refugiados da seca que chegavam à capital. Inicialmente alojados no Passeio Público, um espaço de lazer da elite, os retirantes foram posteriormente transferidos para um local afastado do centro, conhecido como Alagadiço. Ao justificar suas ações, Barroso adotou o termo curioso "Campo de Concentração".

É importante notar que o próprio governador utilizou o termo "Campo de Concentração", possivelmente buscando uma imagem mais moderna e digna, inspirado pela terminologia utilizada na Primeira Guerra Mundial (Pinheiro Neto, 2014). Em contraste, o povo se referia à construção como "curral do governo", um nome que refletia como os retirantes eram tratados, muitas vezes, como animais. As saídas dos campos eram restritas ao trabalho e sob vigilância, com punições severas para qualquer desobediência. Viviam em condições precárias, enfrentando alta mortalidade devido à fome, sede e doenças. A vida nesses campos implicava mudanças drásticas nos hábitos, costumes e rotinas dos retirantes, desde a organização dos barracos até a padronização das refeições e horários de uso da água. Quando morriam, eram enterrados em valas coletivas no próprio campo, perdendo sua identidade e dignidade (Pereira, 2019).

Inicialmente, o Campo oferecia condições razoáveis, como instalações de luz elétrica. No entanto, o crescimento populacional resultou em condições de vida

precárias, exacerbando a fome e a propagação de doenças, especialmente entre as crianças. Devido à severidade da seca de 1915, que demandou ações emergenciais cada vez mais intensas, foram estabelecidos mais sete campos de concentração em todo o estado do Ceará. Esses campos, como Octávio Bomfim e Pirambu em Fortaleza, além de outros em municípios como Crato, Senador Pompeu (Figura 5) e Quixeramobim, mantinham uma estrutura bastante similar, com cercas ou muros e vigilância constante (Pereira, 2019).

Figura 5 - Campo de Concentração no Município de Senador Pompeu



Fonte: Salomão (2019).

Isso resultou na criação de um tipo de escudo em torno da capital, que continuava seu processo de remodelação urbana. A elite urbana considerava inaceitável a permanência daquela multidão faminta e doente no principal local de lazer, onde se reuniam vestidos com suas melhores roupas para ver e serem vistos. Além disso, não tolerava a presença da prostituição ou de atos que violassem o pudor, como destacado por Barroso em seu discurso. Ao fim das contas, as medidas do governo não eram orientadas pela preocupação com a saúde dos confinados ou a organização de socorros públicos, mas sim pela proteção da propriedade privada, da ordem pública, dos bons costumes e da moral. Embora não constituíssem uma ação sistemática de extermínio como nos campos alemães, essas medidas representaram uma segregação fundamentada na inadequação e na indesejabilidade dos habitantes (Pereira, 2019).

Secas subsequentes, como a de 1979, resultaram em fome e doenças na região nordeste, evidenciando a necessidade de políticas estruturais para enfrentar as desigualdades sociais e a desnutrição (Fé; Oliveira; Ávila, 2021). Entretanto, ao contrário do ocorrido no passado sombrio e amargo em que foram criadas políticas de "combate à Fome" pelo Estado, não foram estabelecidos Campos de Concentração.

6.1.2 Pós Seca

Na década de 1970, parte da sociedade civil do Ceará iniciou as primeiras ações efetivas no combate à fome com a criação do banco de sementes denominado "Casas de Sementes Crioulas". Este projeto tinha como objetivo armazenar sementes adaptadas à região, não apenas para suprir as necessidades locais, mas também promover autonomia (Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

A partir dessa década, surgiram iniciativas pontuais, nas quais o combate à fome era frequentemente tratado como um aspecto secundário, mencionado em conjunto com outras ações, como o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), que contribuiu parcialmente para o aumento da segurança alimentar no Estado (Dantas, 2010).

Em 1994, a sociedade civil do Ceará, por meio da Ação da Cidadania, mobilizou uma grande delegação para participar da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Brasília, antecipando a Conferência Nacional subsequente (Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

A partir de 2003, em consonância com as mudanças nacionais promovidas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-CE) foi (re)criado como órgão de assessoramento do governo estadual, integrando o SISAN. Este conselho desempenhou um papel ativo na formulação de políticas, inclusive propondo legislações voltadas para a SAN no estado, como a criação de cantinas (Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

Além disso, entre 2004 e 2006, a formação de atores sociais pelo Projeto de Capacitação de Atores Sociais em Segurança Alimentar e Nutricional (CapacitaSAN) contribuiu significativamente para promover uma consciência crítica na formulação de políticas públicas participativas de SAN no Ceará (Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

As políticas foram definitivamente consolidadas em 2011 e 2012, com a criação de marcos legais de SAN no Ceará, incluindo a Lei nº 15.002/2011 e o Decreto nº 30.843/2012, os quais se integraram ao SISAN e estabeleceram o CAISAN-CE. Em 2015, a Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado do Ceará foi instituída, fortalecendo ainda mais a inclusão da AF na segurança alimentar do estado (Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

Em resumo, a trajetória da SAN no Ceará é marcada pelos desafios enfrentados pela população diante da seca e da fome, mas também pela persistência da sociedade civil e do governo em desenvolver políticas e estratégias para garantir o direito à alimentação adequada e combater a insegurança alimentar.

6.2 Interações Históricas entre PNAE e o Ceará

O PNAE teve seu início na década de 50 com o Decreto nº 37.106, que lançou a Campanha da Merenda Escolar nas escolas públicas brasileiras. No entanto, desde os anos 40 já se observava o surgimento das primeiras políticas voltadas para alimentação, embora não fosse viável implementá-las devido à escassez de recursos financeiros (FNDE, 2023).

Em 1976, como parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), foi instituída a Campanha Nacional de Alimentação e Nutrição, sendo denominado em 1979 como PNAE (FNDE, 2023). Até 1993, o programa era executado de forma centralizada. No entanto, a Lei 8.913 de 12 de julho de 1994 marcou a transição para uma fase de descentralização federativa do PNAE, permitindo que os municípios, mediante adesão voluntária, firmassem convênios com o Governo Federal para gerenciar atividades como elaboração de cardápios, aquisição de alimentos, controle de qualidade, vigilância sanitária e inspeção agrícola (Silva, 2019). Esta descentralização foi restrita à distribuição de recursos financeiros, conferindo maior autonomia e responsabilidades às unidades operativas.

No governo de Lula, a segurança alimentar tornou-se uma prioridade nacional, destacando-se a revitalização do COSEA em 2003, a inclusão de nutricionistas no programa em 2006, e a criação dos CECANEs através de parcerias com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A Lei 11.947 de 2009 estabeleceu que todas as unidades federativas deveriam destinar no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE

para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF, com preferência para produtores locais credenciados (Brasil, 2009). A partir de 2023, essa fração foi aumentada para 50%. No mesmo ano, houve expansão dos fornecedores e do público beneficiário, passando o PNAE a atender todos os estudantes da educação básica na rede pública do país.

A história do PNAE se entrelaça com a experiência do Ceará de maneira significativa. Em 1986, o estado foi um dos primeiros a experimentar a municipalização do programa, inicialmente com 81 municípios e expandindo para 184 até 1988 (Costa, 2004). Municípios como Maranguape, Russas, Tauá, Quixeramobim e Juazeiro do Norte foram ativamente envolvidos nesse processo (Costa, 2004). No entanto, em 1989, esse processo foi suspenso, representando um retrocesso na trajetória do PNAE no Ceará, conforme determinado pelo artigo 84 da Constituição Federal (CF), que direcionou o atendimento das crianças conforme sua faixa etária pelo Programa de Alimentação Escolar mantido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) (Costa, 2004, p. 29).

Em 1995-1996, PNAE e o estado do Ceará convergiram novamente quando a cidade de Canindé foi selecionada como local piloto para a municipalização da merenda escolar, iniciativa promovida por grupos da sociedade civil em colaboração com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU. A escolha de Canindé deveu-se à significativa presença de assentamentos rurais, possibilitando a aquisição direta de alimentos dessas comunidades. Os impactos desse programa foram evidenciados na reformulação do PNAE, como documentado em 2003 (Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

Entre 2008-2009, o município de Santana do Acaraú se destacou ao estabelecer a prática pioneira de adquirir alimentos diretamente de produtores da AF, reduzindo assim a dependência de grandes atacadistas. Esta iniciativa precedeu a obrigação estabelecida pela Lei nº 11.947/2009, que posteriormente regulamentou a preferência de compra de alimentos provenientes da AF pelo PNAE, com prioridade para Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comunidades Tradicionais e Quilombolas (Fé; Oliveira; Ávila, 2021).

Atualmente, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 11.936/2024, definiu a composição da nova cesta básica, com um foco prioritário em alimentos in natura ou minimamente processados. Essa medida visa reduzir doenças, melhorar a qualidade de vida da população e fomentar a AF, uma vez que contribui para a

geração de renda entre pequenos produtores. O artigo 4º do Decreto especifica os alimentos que devem compor essas cestas básicas, sendo eles:

- I - Feijões (leguminosas);
- II - Cereais;
- III - Raízes e tubérculos;
- IV - Legumes e verduras;
- V - Frutas;
- VI - Castanhas e nozes (oleaginosas);
- VII - Carnes e ovos;
- VIII - Leites e queijos;
- IX - Açúcares, sal, óleos e gorduras; e
- X - Café, chá, mate e especiarias (Brasil, 2024).

Logicamente, essa composição alinha-se às necessidades alimentares, respeitando a cultura, as tradições e os costumes de cada estado. O Ceará destaca-se no combate à fome, à miséria e na promoção da SAN.

Atualmente, o estado implementa políticas significativas nesse combate, como os programas Vale Gás Social, Mais Nutrição e Ceará Sem Fome. Essas iniciativas demonstram a inclusão da SAN na agenda governamental, evidenciando um passo importante na gestão pública nessa área. Além de visar a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos cearenses, esses avanços resultam das lutas sociais e das organizações envolvidas.

7 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho, foi realizado um estudo de abordagem qualitativa. Segundo Deslandes, Gomes e Minayo (2016), esse tipo de abordagem "aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas". Ainda, de acordo com a autora, uma pesquisa qualitativa trabalha "o universo de significados, motivos, aspirações", uma vez que o pesquisador se preocupa em entender determinado assunto ou problema na perspectiva dos indivíduos, ou seja, "preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado" (Deslandes; Gomes; Minayo, 2016, p. 21).

Esta pesquisa também se caracteriza por seu cunho explicativo, uma vez que busca "identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos" (Severino, 2010, p. 123).

Para os efeitos deste estudo, utilizou-se como *lócus* de coleta de dados uma escola da rede pública municipal de Fortaleza, CE, localizada no Bairro Manoel Dias Branco. O público-alvo consistiu dos responsáveis pelos alunos matriculados entre o período de 2020 e 2023. Para garantir a inclusão de beneficiários que enriquecessem o estudo, foi dada prioridade aos responsáveis que tinham seus filhos matriculados na escola há cinco anos ou mais, ou seja, o ano limite para participação era 2019. Dessa forma, pôde-se garantir que os dados coletados eram de pais que acompanhavam, direta ou indiretamente, o funcionamento do PNAE na escola em estudo e vivenciaram plenamente o processo de mudança na recepção do programa.

O público do estudo foi composto por treze sujeitos, dos quais apenas um era pai, sendo as demais mães de estudantes da escola. O fato de, geralmente, as mães serem as responsáveis pelos cuidados com seus filhos e filhas dentro de casa justifica a participação mais efetiva desse gênero no que diz respeito à educação das crianças.

No processo de escolha desses sujeitos, priorizamos pais e mães de crianças matriculadas no primeiro e segundo ano do ensino fundamental. Essa escolha se deu por dois motivos: o primeiro, por serem pais de ex-alunos e alunos da pesquisadora, o que facilitava o acesso a eles; e o segundo, por serem crianças que ainda dependem muito dos cuidados dos pais e/ou responsáveis, pois a partir do terceiro ano do ensino fundamental, percebe-se que as crianças se tornam, forçadamente, mais independentes.

O contato com os entrevistados ocorreu por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas, onde foi explicado sobre os objetivos da pesquisa e perguntado se poderiam participar e colaborar com o estudo. Inicialmente, havia-se pensado em convocar os sujeitos para uma reunião presencial onde seriam explicados os objetivos da pesquisa e questionada a participação deles; no entanto, devido à falta de tempo relatada por muitos, julgamos mais viável explicar por mensagem e agendar dia e horário para a realização das entrevistas. A aceitação e participação foram positivas, sem objeções por parte dos entrevistados, que inclusive passaram a indicar outros participantes com perfis similares, na chamada "bola de neve" (Ayhan, 2011).

O método utilizado na coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, na qual se combinaram perguntas abertas e fechadas, sem se prender completamente ao roteiro preestabelecido (Deslandes; Gomes; Minayo, 2016). Com a realização das entrevistas, os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo temática, visando descobrir os "núcleos de sentido" presentes nos dados obtidos (Minayo, 1998). Todas as entrevistas foram transcritas no Word.

Na coleta de dados, após selecionar o material a ser analisado, escolhemos trechos do material que acreditávamos ser relevantes e agrupamos essa seleção em categorias para, finalmente, analisar os resultados obtidos na pesquisa. Esse processo de coleta de dados se deu à luz das ideias de Deslandes, Gomes e Minayo (2016), que afirma:

A análise de conteúdo pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. [...] Na *primeira fase*, em geral, organizamos o material a ser analisado. Definimos, principalmente, unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias;
Na *segunda fase*, o momento é de aplicarmos o que foi definido na fase anterior. É a fase mais longa. Pode haver necessidade de fazermos várias leituras de um mesmo material;
A *terceira fase*, em geral, ocorre a partir de princípios de um tratamento quantitativo. Entretanto, como estamos apresentando procedimentos de análise qualitativa, nessa fase devemos tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto (Deslandes; Gomes; Minayo, 2016, p. 76).

Para preservar a identidade dos participantes, adotou-se a identificação sequencial conforme a ordem das entrevistas. Os entrevistados foram denominados

como "Entrevistado", seguido por um numeral de 1 a 13, de acordo com a ordem em que as conversas foram realizadas.

No que tange aos esforços qualitativos, buscou-se compreender como a pandemia afetou os alunos e seus pais, as situações vivenciadas por eles, e como se deu a alimentação escolar durante o período pandêmico. Investigou-se também quais políticas as famílias dos beneficiários(as) tiveram acesso, como foi o processo de recebimento dos kits de alimentos ou cestas básicas, e quais os impactos do recebimento (ou da falta) de comida.

Ao final deste documento, encontra-se o instrumento utilizado na coleta de dados (Apêndice A). É importante destacar que todos os participantes foram informados sobre o caráter voluntário e sigiloso da investigação, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) e a pesquisa foi submetida ao comitê de ética.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Promulgada em 7 de abril de 2020, a Lei nº 13.987 alterou, em caráter excepcional, a Lei nº 11.947/2009. Essa nova legislação visava a distribuição de gêneros alimentícios, adquiridos com recursos do PNAE, aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de toda a educação básica, durante o período de suspensão das aulas presenciais em decorrência da situação de calamidade pública causada pelo Coronavírus (Brasil, 2009).

Essa nova forma de gestão do PNAE veio ao encontro dos apontamentos da literatura, reunindo os esforços de todos os envolvidos no programa para promover uma melhor coordenação, tendo o diálogo como parte do planejamento dos gestores públicos e dos agricultores familiares (Salgado; Delgrossi, 2020, p. 7).

As referidas alterações conferiram autonomia às entidades executoras para empregarem diversas estratégias na implementação do PNAE durante a pandemia. Em Fortaleza, uma dessas estratégias foi a distribuição de cestas básicas nas escolas para as famílias dos estudantes.

Essa abordagem apresentou tanto benefícios quanto desvantagens, conforme apontado por Salgado e Delgrossi (2020):

Como benefícios: a) uma maior abrangência do programa, uma vez que a cesta recebida beneficia tanto as crianças quanto a família; b) abrangência maior de famílias em maior situação de vulnerabilidade, para além da comunidade escolar. Como desvantagens: a) limitação no número de alunos beneficiados, já que foram priorizadas as famílias mais vulneráveis; b) menor acompanhamento de aceitação dos alimentos pela nutricionista; c) dificuldade na distribuição de alimentos in natura (perecibilidade) (Salgado; Delgrossi, 2020, p. 8).

Após a realização de 13 entrevistas, sendo uma com um pai e 12 com mães de estudantes de uma escola da rede pública de Fortaleza, selecionamos trechos do material considerados relevantes. Esses trechos foram, em seguida, agrupados em categorias para a realização da análise dos resultados, contribuindo, assim, para atingir os objetivos desta pesquisa.

As categorias de análise foram divididas em cinco: 1) Contexto social dos entrevistados; 2) Importância da alimentação escolar na visão dos participantes da pesquisa; 3) Pandemia e alimentação escolar: perspectivas dos responsáveis pelos

alunos da escola municipal em estudo; 4) Alimentos provenientes do PNAE durante a pandemia; e 5) Impactos do recebimento (ou da falta) de comida.

8.1 Contexto Social dos Entrevistados

No que tange à primeira categoria, Contexto Social dos Entrevistados, as famílias dos estudantes entrevistados pertencem à classe E, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a classe com menor poder aquisitivo e maior concentração de renda. Conforme podemos verificar nas falas dos entrevistados 1, 2 e 10, apresentadas a seguir:

Meu marido ganha R\$ 1500,00, eu não trabalho fora. E assim, a gente paga água, luz, aluguel, alimentação, a gente se vira com isso. Então assim, precisamos nos virar nos trinta, ver mercado em promoção, porque minha filha (graças a Deus) pra alimentação ela é ótima, ela é uma criança que se você der um alimento, falar pra ela provar, ela vai provar (Entrevistado 1).

Nossa vida, vamos dizer tá sobre as medidas, né? Não é tão boa, mas também não é tão ruim, meu esposo faz bico nas confeitarias, mas não é algo fixo (Entrevistado 2).

Só eu trabalho, o pai dela não trabalha, faz bico só. Tipo assim faz uma faxina, ajeita um telhado, não dá pra ter um dinheiro fixo não. Trabalhar, trabalhar é eu que trabalho. Eu trabalho em restaurante como auxiliar, é meio que faz tudo, ela (dona do restaurante) faz a comida e eu me viro com o resto. Nossa renda chega a um salário mínimo (Entrevistado 10).

Embora possuam baixa renda, foi possível perceber nas entrevistas que, dos 13 participantes, quatro não recebem auxílio do governo por terem uma renda ligeiramente superior a um salário mínimo.

Eu até tinha me inscrito no Bolsa Família, só que eles acham que com R\$ 1500,00 você vive. Quando eu cheguei lá eles pegaram o salário do meu marido e dividiu por três, aí cada cabeça dá R\$500,00, então você não se enquadra em baixa renda ou extrema pobreza. É um sistema muito falho, porque o que tem de gente que mente, que recebe R\$3000,00 e tem Bolsa Família. Isso desmotiva (Entrevistado 1).

Não, não recebemos. A assistente social até explicou que esses programas só recebem, ou pelo menos deveria receber, somente pessoas que estão em situação de maior vulnerabilidade mesmo, o que não é o nosso caso, graças a Deus (Entrevistado 8).

O cadastramento no PBF baseia-se nas informações fornecidas pelas pessoas que desejam acessar o serviço, nas quais é declarada a renda mensal. O Programa exige também avaliações periódicas, incluindo o acompanhamento da frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular. No entanto, "os administradores públicos responsáveis pelo controle do Programa (prefeituras) apontam que não conseguem efetuar a fiscalização" (Rathmann, 2005, p. 131), devido à carência de funcionários para a execução e à impossibilidade, em muitos casos, de verificação da renda (Rathmann, 2005).

Assim, as declarações dos entrevistados 1 e 8, apresentadas anteriormente, demonstram a insegurança que diversas famílias sentem ao se perceberem desamparadas pelo governo, que, muitas vezes, não fiscaliza com precisão e detalhamento essas questões.

Um dos fatores que contribuíram para o aumento da Insegurança Alimentar no mundo foram os efeitos da pandemia. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) define² insegurança alimentar como a situação "quando as pessoas não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a sua sobrevivência". Ou seja, pessoas nessas condições vivem na incerteza de quando poderão se alimentar novamente, pondo em risco sua saúde e bem-estar.

Ainda no que concerne à primeira categoria de análise, ao serem questionados sobre suas casas e a quantidade de pessoas que constituem seus núcleos familiares, dos 13 entrevistados, sete moravam com mais de três membros familiares, e 5 possuíam apenas um quarto em suas residências, como evidenciado nos relatos a seguir:

Na minha casa mora eu, meu marido e a minha filha e eu moro em um quatinho com três cômodos aqui em Fortaleza, dorme nós três juntos, tem uma cozinha, um quatinho e uma salinha (Entrevistado 4).

Somos cinco lá em casa, eu, minha esposa e três filhas. A casa pra gente é muito pequena, um quarto para cinco pessoas (Entrevistado 13).

² Mais informações disponíveis no *National Geographic* em <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2022/10/o-que-e-inseguranca-alimentar-e-quais-sao-suas-causas>.

Essa é uma característica muito comum em famílias mais vulneráveis. 'Tais condições de vulnerabilidade podem ser mais danosas nas comunidades formadas por famílias que vivem em pequenos cômodos domésticos, compartilhando materiais de higiene pessoal' (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

Todos os entrevistados possuem apenas um banheiro em suas residências, além de uma pequena sala e cozinha. Desde a pandemia, o fato de morarem em casas muito pequenas ressalta um problema que já era bastante comum naquele período: a falta de espaço para manter o isolamento social, caso fossem infectados pela doença.

8.2 Importância da alimentação escolar pela visão dos participantes da pesquisa

Na segunda categoria analisada, quando questionados sobre a importância da alimentação nas escolas, foi unânime entre os entrevistados o reconhecimento da relevância da comida oferecida no ambiente educacional, conforme evidenciado nas declarações a seguir:

Sim, muito, muito importante mesmo. Porque assim, além de ser acompanhado por uma nutricionista, que eu sei que tem, graças a Deus a gente tem o que dar pros nossos filhos, mas eu sei que tem mães que não tem de manhã o que dá pros filhos, a alimentação na escola às vezes é a única refeição, que não é o meu caso, mas é muito importante sim. E outra coisa, eu já estudei, eu sei que dentro de uma sala de aula a gente sente muita fome, deve ser terrível não ter o que comer na escola (Entrevistado 3).

Sim, muito. Eu digo pelo meu primeiro filho, ele come muito, ele diz que repete cinco vezes [...] então é importante porque a maioria não tem o que comer em casa, não é o meu caso, mas tem mães que mandam pro colégio justamente porque não tem o que comer em casa (Entrevistado 6).

[...] é um alívio, uma segurança, eu acho que deveria ser senso comum das pessoas de saber a importância disso, não só porque meu filho pode precisar um dia, além disso, todo mundo, toda criança tem que ter um lugar onde ela vai para se desenvolver, e que possa estar alimentada e tenha condições de aprender (Entrevistado 8).

Sim, demais. É importante e eu acho que deve ter, porque além dele passar uma maior parte do tempo na escola, criança tem fome e muitas vezes os pais não tem condições de sempre tá dando comida, vou muito longe não, eu. Eu não tenho condições de todo dia mandar lanche não, então come em casa, come na escola, pra dar tempo chegar em casa e comer de novo. Então é muito importante, ajuda demais, tanto na renda quanto com as crianças, pois não tem como ficar meio período sem comer nada. Eu sempre falo para

comer mesmo porque é para eles. Agora eu acho uma merenda muito saudável, pelo o que ele me fala (Entrevistado 12).

Percebe-se, nas falas dos entrevistados, a importância que atribuem à alimentação escolar, associando-a a um aprendizado de qualidade, conforme relatado pelo entrevistado 13.

Com certeza. É necessário e acredito que toda criança precise, esse período da entrada até a saída, ficar sem comer não é legal, né? Criança tem que se alimentar bem para conseguir estudar direito (Entrevistado 13).

Para Sperandio e Moraes (2021), a alimentação escolar representa não apenas a principal, mas muitas vezes a única refeição diária para diversos estudantes, e conseqüentemente para suas famílias. As autoras destacam que o PNAE assegura a provisão de pelo menos 20% das necessidades nutricionais dos alunos, além de promover uma alimentação saudável e variada, incluindo frutas e verduras (Sperandio; Moraes, 2021).

Segundo a Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, o PNAE tem como objetivo:

[...] contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (FNDE, 2020).

A importância da alimentação escolar é evidente, sendo considerada por muitos como a principal refeição do dia e por outros como um complemento essencial para a educação nutricional dos estudantes. A segunda categoria de análise teve como objetivo compreender o nível de conhecimento dos entrevistados sobre o PNAE. Entre os 13 entrevistados, apenas dois demonstraram ter algum conhecimento superficial sobre o programa, como evidenciado pelas citações dos participantes a seguir:

Eu ouvi ano passado a diretora falando em uma reunião, sobre o Plano de Alimentação, que tem uma nutricionista, que eles procuram dá as frutas da época, comidas que não têm açúcar, é tudo mais natural, por isso é importante que as mães não mandem besteiras para a escola porque criança vai muito por efeito manada, se vê que um não tá querendo comer, vem o outro e diz que também não quer (Entrevistado 1).

Assim, eu sei perto do básico, pelo o que eu lembro, a prefeitura tem um cardápio com os itens que vem, com apoio de nutricionistas, mais ou menos isso (Entrevistado 8).

Os demais participantes estão desinformados sobre o Programa, sua funcionalidade e seus objetivos. Essa falta de conhecimento é preocupante, dado que as políticas públicas desempenham um papel crucial na implementação de mudanças progressivas na sociedade. A ausência de entendimento dessas políticas, especialmente aquelas que impactam diretamente os cidadãos, como as destinadas à saúde e à educação, representa um obstáculo significativo para alcançar essas transformações. Portanto, os participantes também não compreendem a importância do PNAE na promoção da SAN, tanto no contexto atual quanto durante a pandemia, como será discutido a seguir.

8.3 Pandemia e alimentação escolar: perspectiva pelos responsáveis dos alunos da escola municipal em estudo

Na terceira categoria examinada, Pandemia e alimentação escolar, investigou-se o impacto da situação de calamidade pública nas famílias dos estudantes beneficiados pelo Programa, assim como as circunstâncias e experiências vivenciadas por eles durante esse período. A escassez de alimentos emergiu como um tema frequente nos relatos dos participantes, juntamente com os desafios associados à falta de comida, embora todos tenham mencionado que não passaram por privações graças às assistências fornecidas tanto pelo governo quanto por outros membros da família. Essas dificuldades são ilustradas nas seguintes citações:

A gente tinha mais dificuldades pra comprar os alimentos, né? As pessoas costumavam fazer estoques até do que não era comida, não era o nosso caso, mas eu lembro que isso aconteceu (Entrevistado 1).

Sim, porque foi na pandemia que veio os aumentos dos alimentos e foi na pandemia que o meu marido perdeu o emprego, isso foi muito cruel, nós ficamos sem renda nenhuma (Entrevistado 3).

Afetou e muito. Assim, o meu marido ficou desempregado, a gente não teve ajuda de ninguém e graças a Deus a gente se manteve com o auxílio, eu consegui e até hoje eu recebo (Entrevistado 4).

Afetou muito, porque na época a gente ainda estava com o pai deles e ele parou de trabalhar, porque fechou as coisas, né? Ele trabalhava em uma loja de comércio (Entrevistado 7).

Costa (2020) destacou que a pandemia afetou de maneira mais severa a população que vive na informalidade e reside em áreas precárias, caracterizada por rendimentos baixos e irregulares, muitas vezes sem acesso a moradia digna e serviços de saúde privados. Além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego. Relatos evidenciam que, durante o período pandêmico e além dele, as oportunidades foram escassas, especialmente para as classes menos privilegiadas. Costa (2020) argumenta que essa população necessita de políticas direcionadas para protegê-la da fome e da pobreza, enfatizando a necessidade de inserção em uma rede de proteção social.

Conforme previsão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, os setores mais afetados pela crise do coronavírus têm sido aqueles que operam no comércio varejista, serviços de acomodação e alimentos e manufatura. Para reverter esse quadro e superar os desafios futuros, é preciso fazer uma revisão tanto da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu o teto dos gastos, quanto da Reforma Trabalhista, a fim de evitar o crescimento da precarização. A reforma piorou a vida do trabalhador e elevou o número de contratos precários, bem como a insegurança, tornando-os mais dependentes dos programas sociais do governo (Costa, 2020, p. 973).

Além da escassez de oportunidades, a preocupação em garantir o sustento também foi evidenciada nas entrevistas dos participantes. Este aspecto está alinhado com as conclusões de Ribeiro-Silva *et al.* (2020), que destacam a significativa inquietação em relação ao acesso aos alimentos durante períodos de crise, como afirmado:

A redução do poder de compra das famílias e a alta nos preços dos alimentos nos últimos anos foram os principais fatores que levaram a retrações importantes no consumo alimentar, particularmente de alimentos nutricionalmente mais saudáveis. Tudo isso em meio a ambientes alimentares agressivos, repletos de alimentos ultraprocessados (de fácil acesso e baixo custo), agravando, assim, a situação de ISAN entre os mais vulneráveis (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

A disseminação da pandemia exacerbou os desafios preexistentes relacionados à SAN, especialmente para os grupos mais vulneráveis social, econômica e sanitariamente, indicando um possível aumento da prevalência da fome (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020). O tema da segurança alimentar tem sido amplamente

discutido nos últimos anos (Hungria, 2024), sendo definido pela FAO (2006) como o acesso contínuo de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos, em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável e ativa. No Brasil, o termo SAN é adotado e definido pela Lei nº 11.346/2006.

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Dos 13 entrevistados, nenhum enfrentou necessidades extremas durante esse período específico. No entanto, foi necessário que se reinventassem e economizassem para mitigar as consequências adversas da crise sanitária. Conforme destacado por Salgado e Delgrossi (2022), a pandemia trouxe à tona novamente a questão da insegurança alimentar na sociedade brasileira. De fato, a insegurança alimentar, seja ela leve, moderada ou grave, afetou significativamente os lares brasileiros durante esse período de crise.

Bezerra (2019) define a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) no Brasil como a falta de acesso a uma alimentação adequada, principalmente devido a restrições de renda. A autora ainda categoriza os tipos de IAN da seguinte maneira:

A IAN leve encontra-se presente quando há uma preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade é inadequada. Na IAN moderada existe redução quantitativa de alimentos entre os adultos e, por último, a IAN grave caracteriza-se por redução quantitativa de alimentos entre as crianças e fome entre adultos e/ou crianças da família (Bezerra *et al.*, 2019).

Assim, compreende-se a insegurança alimentar leve como a existência de incertezas quanto à capacidade de obter alimentos diários suficientes. Por outro lado, a insegurança alimentar moderada ocorre quando a qualidade e a variedade dos alimentos são comprometidas, resultando na insuficiência de nutrientes essenciais para o bem-estar das pessoas. Além disso, há uma redução significativa na quantidade de alimentos consumidos ou mesmo períodos sem ingestão. No caso da insegurança alimentar grave, atinge-se um estágio crítico, onde ocorre a falta de consumo de alimentos por um dia inteiro ou mais.

8.4 Alimentos provenientes do PNAE durante a pandemia

A quarta categoria de análise refere-se aos alimentos fornecidos às famílias dos estudantes durante a pandemia, todos provenientes dos recursos do PNAE. Neste contexto, também será discutida a política de acesso das famílias aos alimentos, investigando se estes poderiam ser adquiridos da AF, considerando que, conforme Ribeiro-Silva *et al.* (2020), "a AF responde pela maior parte da produção de alimentos destinados ao consumo interno no Brasil".

A agricultura familiar é definida como uma forma de produção agrícola de pequeno porte, na qual a mão de obra utilizada nas atividades econômicas provém da própria família. Nas diretrizes da alimentação escolar, estabelecidas pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, é evidenciado o apoio à AF conforme delineado em seu inciso V:

O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (Brasil, 2009).

Com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a AF passou a ser mais legitimada pelo Estado. No entanto, mesmo com a criação de políticas públicas específicas para seu desenvolvimento, este setor não se apresenta homogêneo; ao contrário, é caracterizado por significativas disparidades sociais, culturais e econômicas (Hungria, 2024).

A Resolução nº 02, de 09 de abril de 2020, autorizou a utilização dos recursos da alimentação escolar para a distribuição de kits. Em seu artigo 2º, estabelece que "Os estados, municípios, o Distrito Federal e as escolas federais devem destinar os recursos do PNAE exclusivamente para assegurar a alimentação dos estudantes da educação básica" (FNDE, 2020).

Durante a pandemia, a distribuição de cestas básicas foi a principal política acessada pelas famílias dos estudantes, demonstrando que esse formato "tem sido mais eficaz do que a simples transferência direta de renda" (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020), por ser uma maneira mais prática de alcançar um maior número de pessoas.

No entanto, nesta pesquisa, dos 13 entrevistados, 3 relataram não ter recebido nenhum kit de alimentos, apesar de seus filhos estudarem na rede pública durante o período pandêmico, conforme relatado pelos participantes 8 e 13:

Não, nunca recebemos. Kits de alimentação? Cestas? Estou sabendo agora disso (Entrevistado 8).

Não, era só o auxílio. Não recebi, da escola não. Não tinha, a única coisa que a gente tinha era o auxílio, logo no começo que foi de R\$1200,00. Era o que eu pagava aluguel, água e energia (Entrevistado 13).

Ainda em relação a essa questão, quando questionado sobre as dificuldades econômicas enfrentadas durante a pandemia, o entrevistado 3 relatou ter ficado sem renda nesse período. Ao ser indagado sobre os meios de subsistência adotados, se limitaram apenas ao recebimento de cestas básicas, sua resposta foi a seguinte:

Que cestas básicas? Eu fui trabalhar em casa de família fazendo faxina, ainda passei um ano e dois meses trabalhando, foi quando eu consegui o benefício da minha filha de volta e parei de trabalhar. Professora, eu nem sabia dessa, nunca recebi (Entrevistado 3).

Percebe-se nos relatos anteriores a persistência da falta de informação, especialmente nas classes sociais mais vulneráveis, onde, apesar do acesso a diversos meios de comunicação, tais informações não são adquiridas. Observa-se também que, mesmo com a instituição da SAN pela Lei nº 11.346/2006, famílias ainda não têm garantido o acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade, embora seja um direito assegurado a elas. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) tem como objetivo:

- I - Identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;
- II - Articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;
- III - Promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e
- IV - Incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à

água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais (BRASIL, 2010).

Compreendendo os objetivos do PNSAN, observa-se a violação de direitos devido à indisponibilidade de acesso às cestas básicas financiadas pelo PNAE, conforme relatado por três participantes. Em períodos de calamidade pública, como durante a pandemia, o aumento do desemprego e a escassez de oportunidades se tornam mais evidentes, exacerbando a preocupação das famílias em garantir alimentação em seus lares.

Além disso, é possível inferir que muitas famílias enfrentam dificuldades para acessar a internet, pois precisam priorizar outras necessidades. O celular foi o principal meio de comunicação utilizado para a distribuição das cestas básicas, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, conforme relatado por alguns entrevistados. No entanto, algumas famílias não receberam essas informações. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como a falta de acesso à internet em seus domicílios, mudanças de endereço que as distanciaram das escolas ou o desemprego, entre outros motivos.

Os participantes também foram questionados sobre o conteúdo das cestas básicas, para avaliar se os alimentos poderiam ser adquiridos através da AF. As respostas foram consistentes: todos os entrevistados que receberam as cestas informaram que estas continham arroz, feijão, farinha, sal, açúcar, café, macarrão, óleo, biscoitos e metade de uma bandeja de ovos.

Tinha arroz, macarrão, feijão, farinha, ovos, era uma unidade por alimento, mas o arroz tinha dois pacotes (Entrevistado 2).

Além dos alimentos mencionados, alguns entrevistados relataram ter recebido também “flocão de milho” e polpas de frutas, conforme destacado pelo entrevistado 9 ao ser questionado sobre o conteúdo das cestas:

Lembro. Vinha açúcar, vinha óleo, bolacha, ovos, polpa de fruta, 1quilo, as vezes 2 quilos. Ajudava muito, professora, essas cestas. Eu usei tudo (Entrevistado 9).

Apenas um entrevistado relatou ter recebido leite, sardinha e carne uma única vez. Da mesma forma, apenas um entrevistado mencionou ter recebido

produtos de limpeza nas cestas básicas fornecidas. Em contraste, nenhum dos entrevistados mencionou ter recebido frutas e verduras.

Tinha arroz, feijão, óleo, a gente também recebeu ovos. Acho que tinha aquele flocão, tinha café, açúcar, sal, tinha muito sal. Tinha macarrão também, umas bolachas, eram uns 10 itens. Agora carne não tinha não. E se eu não me engano tinha também produtos de limpeza (Entrevistado 11).

Recebemos carne na primeira cesta, uma única vez (Entrevistado 1).

O Quadro 3 apresenta de maneira abrangente a composição das cestas, conforme relatado pelos participantes da pesquisa. Posteriormente, analisaremos quais itens podem ter sido provenientes da AF.

Quadro 3 - Alimentos que compunham as cestas básicas segundo os entrevistados

Arroz	Café
Feijão	Sal
Ovos	Flocão De Milho
Farinha	Leite
Óleo	Lata De Sardinha
Açúcar	Carne
Macarrão	Polpas De Frutas
Biscoitos/ Bolachas	Produtos De Limpeza

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A inclusão dos alimentos mencionados, assim como dos produtos de limpeza, não foi uniforme em todos os relatos, revelando variações na composição das cestas descritas pelos entrevistados. Acreditamos que tais disparidades possam ser atribuídas ao fato de que a pandemia ocorreu há quatro anos, e, apesar de suas consequências duradouras, muitos podem não recordar precisamente todos os itens alimentares oferecidos naquele período.

Contudo, é possível inferir, a partir dos relatos, que a composição ideal de uma cesta básica deve incorporar alimentos que atendam às peculiaridades de cada região, respeitando seus costumes, tradições e diversidade cultural, dada a natureza multicultural do país em que vivemos.

Dentre os itens mencionados, pode-se identificar possíveis produtos da AF, embora não seja possível afirmar sua origem devido à ausência de investigação específica sobre as compras dessa categoria. Segundo o IBGE (2009),

A Agricultura Familiar brasileira é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 59% do plantel de suínos, 58% da produção de lácteos, 50% do plantel de aves, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% do plantel de bovinos, e 21% da produção de trigo, entre outros produtos nacionais, ou tipicamente regionais, essenciais para a alimentação diária do brasileiro (IBGE, 2009).

Percebe-se que a AF desempenha um papel crucial na produção dos principais alimentos consumidos internamente no Brasil, tanto em quantidade quanto em variedade. Consequentemente, as cestas básicas devem ser concebidas de maneira a promover a saúde, conforme estipulado pelo Guia Alimentar Para a População Brasileira, que preconiza a inclusão de "alimentos *in natura* e minimamente processados, preferencialmente provenientes de pequenos produtores locais" (Brasil, 2014). Frutas e verduras como banana, laranja, batata e cenoura, que possuem maior durabilidade, são recomendadas pelo Guia Alimentar como componentes ideais para essas cestas.

No entanto, segundo relatos dos entrevistados, os kits alimentícios distribuídos às famílias dos estudantes não atenderam a essa orientação, falhando especialmente na oferta de alimentos perecíveis.

A Resolução CD/FNDE nº 02/2020 estipulava que os kits poderiam ser compostos por alimentos já disponíveis nos estoques das unidades de alimentação ou provenientes de processos licitatórios e chamadas públicas da AF em vigor (FNDE, 2020).

A AF é reconhecida pelo seu papel vital na produção de alimentos e na promoção de cadeias agroalimentares mais sustentáveis, biodiversas e inclusivas (Hungria, 2024). No entanto, os agricultores familiares enfrentam significativa vulnerabilidade econômica, influenciada por diversos fatores como distância dos centros urbanos e limitações no acesso a tecnologias que poderiam aumentar a produtividade (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

Durante a pandemia, essas dificuldades foram exacerbadas, especialmente na participação em chamadas públicas eletrônicas, devido às limitações tecnológicas mencionadas em capítulos anteriores deste estudo. Muitos entrevistados também criticaram a qualidade dos alimentos nas cestas básicas, destacando a inadequação percebida.

As cestas básicas vinham um terror, cara. Pareciam que eles pegavam as piores coisas para as crianças, tanto que eu fotografava tudo. Vinha arroz,

feijão, macarrão, óleo. O primeiro kit que veio foi uma carne moída horrível, uma lata de leite e acho que um pacote de biscoito, isso para o mês todo. Uma vez eu questionei com uma professora exemplar, eu disse: Paula, eles acham que nossos filhos são o quê, pra comer restos? Se eu achar o vídeo eu te mostro. Era todo mês, mas não era uma qualidade que era contínua, teve um mês que veio legal, mas se eu falar de dez, nove foram ruins. O feijão era totalmente quebrado, o arroz era ruim (Entrevistado 1).

Este foi o único relato em que a entrevistada mencionou ter recebido um alimento de origem animal. É importante destacar que, conforme estipulado pelo Decreto nº 11.936/2024, que aborda o conjunto de alimentos destinados a assegurar o DHAA, o artigo 4º determina que a cesta básica de alimentos,

[...] será composta por alimentos *in natura* ou minimamente processados e ingredientes culinários, e contemplará os seguintes grupos:

- I - Feijões (leguminosas);
- II - Cereais;
- III - Raízes e tubérculos;
- IV - Legumes e verduras;
- V - Frutas;
- VI - Castanhas e nozes (oleaginosas);
- VII - Carnes e ovos;
- VIII - Leites e queijos;
- IX - Açúcares, sal, óleos e gorduras; e
- X - Café, chá, mate e especiarias (Brasil, 2024).

Ainda no que concerne às condições dos alimentos contidos nas cestas básicas, conforme relatado pelos entrevistados, as declarações dos participantes 4 e 6 revelam uma insatisfação em relação à qualidade dos itens fornecidos.

Eu acho que eram cinco pacotes de arroz, uma farinha, um óleo, um café, dois açúcares, não recebi carnes, tinha uma bandeja de ovos, mas não era completa, vinha pela metade. Nunca recebi verduras e frutas. Alguns feijões não eram bons, tinha que catar pra achar um bom, e uns tinham 'guguio' que eram aqueles besourinhos, que não pode, né? Arroz tinha tempo que vinham uns bons, outras vezes vinham aqueles todos quebradinhos (Entrevistado 4).

Só vinha arroz, feijão, açúcar, sal e farinha. Também tinha seis ovos, mas a qualidade era muito fraquinha, eu não vou mentir, eu não fazia não, eu ajudava as pessoas que passavam pedindo ajuda com esses alimentos (Entrevistado 6).

A legislação garante o direito ao acesso contínuo e regular a alimentos de qualidade e em quantidades adequadas, sem prejudicar o acesso a outras necessidades essenciais. Contudo, observa-se que nem todos desfrutam das mesmas oportunidades e direitos. Quanto às dificuldades enfrentadas durante a pandemia para obter cestas básicas, apenas dois entrevistados mencionaram algum

obstáculo, seja por falhas na comunicação ou por questões internas nos estabelecimentos.

Não, era fácil o acesso, tanto que às vezes dava complicação porque nem todo mundo podia vir pegar e mandava outra pessoa, aí tinha que levar a certidão pra poder levar e justamente não dá confusão porque algumas pessoas ficarão sem cestas, no primeiro mês eu não recebi a cesta porque passou da data e eu não consegui pegar, aí só na segunda vez que eu consegui pegar. Na primeira vez a gente perdeu porque o colégio estava fechado e não tinha como pegar as cestas, e não recebia em casa (Entrevistado 5).

Eu vinha na escola pegar, nunca recebi em casa, às vezes tinha aglomeração, muita gente pra pegar essas cestas. A gente chegava, ficava aguardando (Entrevistado 4).

A oferta deveria apresentar uma logística adequada que não favorecesse a aglomeração, especialmente devido aos problemas sanitários vivenciados naquele período.

A oferta dos kits de alimentação deve apresentar logística adequada, evitando aglomerações durante a distribuição e permitindo a retirada dos mesmos pelos familiares desses estudantes, independente da distância entre as residências e local de entrega. Assim, nos casos em que os familiares estão impossibilitados de retirar os kits no local e horário disponibilizado, os mesmos podem ser entregues nos domicílios ou retirados em outros locais, com apoio de equipamentos públicos (como bancos de alimentos e cozinhas comunitárias) e da rede socioassistencial existente (Sperandio; Morais, 2021).

A totalidade disso reflete o descaso para com as famílias mais vulneráveis e a necessidade premente de que as leis sejam observadas em sua íntegra e abrangência.

8.5 Impactos do recebimento (ou da falta) de comida

Na última categoria de análise, objetivou-se investigar se as famílias dos beneficiários do PNAE perceberam alguma melhoria em sua qualidade de vida devido às cestas básicas recebidas. Apenas duas famílias relataram não terem percebido nenhum impacto positivo decorrente desses alimentos.

Nenhuma, não interferiu em nada, porque é como eu te falei, os alimentos eram de péssima qualidade, eles não se importavam, a bolachinha vinha toda quebrada, os ovos um ou outro podre. Eu acho que deveria ser mais diversificada a alimentação, ou seja, ter mais opções para as crianças, naquele período e atualmente também (Entrevistado 1).

Não, até porque meu filho daquelas cestas só comia arroz e nem o arroz era bom! (Entrevistado 6).

No entanto, os demais entrevistados demonstraram gratidão pela alimentação que era entregue em suas residências, como pode ser observado nos relatos a seguir:

Sim, foi uma ajuda e veio em boa hora, por conta do sofrimento todo que foi a pandemia, né? A gente sem poder sair de casa, perdendo emprego, meu Deus, foi uma ajuda e graças a Deus deu tudo certo, a gente se manteve, conseguimos passar e agora vida que segue (Entrevistado 4).

Aí ajudou muito né? Eu acho assim, professora, no momento que você vai num mercantil e tinha muita coisa faltando porque o pessoal fazia estoque, toda ajuda é lucro, né? O mais importante é ver os nossos filhos alimentados independente da qualidade. Claro que se a gente fosse comprar, a gente procurava o melhor, mas como não tinha, vai com o que tem (Entrevistado 7).

Sim, com certeza. Ninguém sobrevive sem comida, né? Toda ajuda é sempre bem-vinda, principalmente quando se tem filhos e você não quer, de forma alguma, que falte nada para eles. Então, ajudou bastante sim (Entrevistado 10).

Percebi, foi muito bom. Foi uma ajuda muito grande. A pessoa que disser que não foi ajudada na pandemia está mentindo, porque todo mundo foi ajudado (Entrevistado 11).

Os relatos evidenciam claramente a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave, caracterizada pela dificuldade de acesso aos alimentos, restrições na quantidade consumida e escassez alimentar. Os entrevistados demonstram uma preocupação constante em assegurar a alimentação de suas famílias. Conforme discutido neste estudo, as causas da insegurança alimentar são variadas, incluindo mudanças climáticas, perda de fontes de renda (como o desemprego), escassez e aumento nos preços dos alimentos, frequentemente exacerbados por crises públicas.

Independentemente da classe social, a pandemia impactou significativamente as famílias e lares brasileiros. Observa-se, contudo, que as

assistências fornecidas pelo governo, apesar de suas deficiências, representaram um suporte crucial para muitas famílias, contribuindo de maneira substancial para a SAN.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, foi possível reconhecer a relevância do PNAE na promoção da SAN no Brasil, uma vez que ele representa um dos principais meios para garantir uma alimentação saudável e adequada nas escolas. Durante o período pandêmico, a adaptação desta política pública foi crucial para proporcionar um mínimo de dignidade às famílias mais vulneráveis por meio da alimentação.

No entanto, é importante destacar que nem todos tiveram acesso às cestas básicas devido à falta de informações e à desorganização das instituições responsáveis, que não garantiram a inclusão de todos os estudantes da rede básica de ensino, preservando assim seus direitos. Muitas famílias também enfrentaram dificuldades para adquirir renda e recursos suficientes para suprir suas necessidades alimentares.

Conforme discutido anteriormente nesta dissertação, durante a pandemia, famílias que já estavam excluídas das políticas sociais básicas se viram ainda mais vulneráveis e desamparadas, dependendo de apoio governamental, familiar e de amigos para sobreviver. Isso evidencia não apenas situações de Insegurança Alimentar moderada e grave, mas também um aumento nas demandas sociais de caráter assistencialista (Sousa, 1992).

O direito a uma alimentação adequada é um direito social garantido pelo artigo 6º da CF, que estabelece a responsabilidade do Estado em assegurar condições mínimas para uma vida digna a todos os cidadãos. Como afirmado por Albuquerque (2006):

Segurança alimentar é a garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, respeitando práticas alimentares saudáveis e sustentáveis, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e respeitando as diversidades culturais.

Portanto, é fundamental que políticas públicas voltadas para a garantia de direitos sociais, como a alimentação, sejam amplamente implementadas e reconhecidas no cotidiano, não apenas das famílias, mas também dos estudantes. Isso pode ser alcançado através da inclusão de atividades educativas nos currículos escolares que promovam o entendimento e a valorização desses direitos, além de

ações governamentais que priorizem a inclusão das pessoas excluídas das políticas sociais básicas.

A pandemia não apenas sublinhou a importância do PNAE, mas também destacou a necessidade urgente de reformular e fortalecer suas políticas e práticas para enfrentar os desafios emergentes, garantindo a inclusão e proteção de todos os cidadãos. Os governantes devem continuar a preservar e ampliar as ações do PNAE, especialmente enquanto perdurarem os impactos da pandemia, valorizando de forma mais eficiente a AF.

É relevante enfatizar a importância do controle social efetivo das políticas públicas por meio dos conselhos municipais e estaduais de SAN, apesar dos desafios atuais que dificultam a participação da sociedade civil. Estes incluem a necessidade de desenvolver instrumentos eficazes de monitoramento e avaliação dos programas, indo além das campanhas e doações de alimentos (Albuquerque, 2006), para promover avanços significativos nas políticas públicas de SAN.

Por fim, para estudos futuros, recomenda-se a avaliação quantitativa dos impactos da suspensão e retomada das atividades do PNAE durante a pandemia, tanto para as famílias dos estudantes quanto para os agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org). **Participação Popular em políticas públicas**: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.
- ALPINO, T. de M. A.; Santos, C. R. B., Barros, D. C. de.; Freitas, C. M. de. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal Brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, p. e00161320, 2020.
- AMORIM, A. L. B. DE; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, p. 1134-1145, 2020.
- AYHAN, H. Non-Probability Sampling Survey Methods. *In*: AYHAN, H. **International Encyclopedia of Statistical Science**. [s.l.]: Miodrag Lovrić, 2011. p. 979-982.
- BBC News. **2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega**. BBC News, 2020.
- BEGHIN, N. **O Combate à fome de Vargas a Bolsonaro**. Brasília: IPEA, 2022.
- BEZERRA, M. S.; JACOB, M. C. M.; FERREIRA, M. A. F.; VALE, D.; MIRABAL, I. R. B.; LYRA, C. DE O. Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2019.
- BRASIL. Decreto nº 11.936, de 05 de março de 2024. **Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar**. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5695, de 2019. **Altera as Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 9.766, de 18 de dezembro de 1998, 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.880, de 9 de junho de 2004, para transferir a cota da União do Salário Educação para Estados e Municípios.** Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3292, de 2020. **Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme especifica; e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal, 2020.

COSTA, Liliam Magda Campos. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso.** 2004. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

CRUZ, S. R. da. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do Covid-19. **Pensata**, Guarulhos, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2020.

DANTAS, E. W. C. Mutações no Nordeste brasileiro: reflexão sobre a produção de alimentos e a fome na contemporaneidade. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, v. 10, p. 1-15, 2010.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade** - Série Manuais Acadêmicos. Fortaleza: Editora Vozes, 2016.

FAO. **Food and Agriculture Organizations of the United Nations.** 2006. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

FÉ, M. A. B. M.; OLIVEIRA, L. C. DE; ÁVILA, M. M. M. Histórico da participação do Estado e da sociedade civil na formulação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, p. e190072, 2021.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resoluções.** 2023. Disponível em: www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023 Acesso em 01 jul. 2024.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/ptbr/acesoainformacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao>. Acesso em: 06 abr. 2024.

GURGEL, A. do M.; SANTOS, C. C. S. dos.; ALVES, K. P. de S.; ARAUJO, J. M. de.; LEAL, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à

alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 4945-4956, 2020.

HUNGRIA, Mariangela. **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência brasileira no combate à fome**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M.; ALZATE, M. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, v. 21, n. 51, p. 550–569, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**. 2009. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 3533-3546, 2015.

LISBOA, Amanda Luiza Rodrigues. **O PNAE e suas adaptações em meio à pandemia da COVID-19: a creche como espaço promotor de direitos à alimentação adequada**. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

MARTINS, G. C. C.; SANTOS, W. M.; LOPES, M. L. B.; FILGUEIRAS, G. C.; COSTA, N. L.; ARAÚJO, J. G.; LOUREIRO, J. P. B.; SANTOS, M. A. S. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): uma revisão sistemática da literatura do período 2010 a 2022. **Observatório de La Economía Latinoamericana**, [s.l.], v. 21, n. 8, p. 8313-8347, 2023.

MEC. Ministério da Educação. **Presidente Temer e ministro da Educação, Mendonça Filho, anunciam aumento de recursos para merenda escolar**. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/44931-presidente-temer-e-ministro-da-educacao-mendonca-filho-anunciam-aumento-de-recursos-para-merenda-escolar-2>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MENEZES, A. P. do R.; MORETTI, B.; REIS, A. A. C. dos. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade *versus* universalidade. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 58–70, 19, 2020.

MURAKAWA, Fábio. **Bolsonaro diz que não existe “fome pra valer” no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/08/26/bolsonaro-diz-que-nao-existe-fome-pra-valer-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2024.

NERO, D. DA S. M.; GARCIA, R. P. M.; ALMASSY JUNIOR, A. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da sua gestão de descentralização.

Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 31, p. e0233056, 2022.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 909–916, abr. 2013.

PEREIRA, Thereza Cristina. **O governo" revolucionário" e as políticas públicas para enfrentamento da seca de 1932**: rupturas ou continuidades? 2019. 63 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PINHEIRO NETO, A. **De curral da fome a campo santo**: o campo de concentração de retirantes na seca de 1915 em Fortaleza. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RATHMANN, Régis. A ineficácia dos programas públicos pró-pobres: o caso do Programa Bolsa-Família. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n.3, p. 129-136, 2005.

RIBEIRO-SILVA, R. de C. PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, É.; GUIMARÃES, J. M. de M.; FERREIRA, A. J. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020.

SALGADO, B. T.; DELGROSSI, M. E. Segurança alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 29, p. e022005–e022005, 2022.

SALOMÃO, Lucas; MAZUI, Guilherme. **“Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”, diz Bolsonaro**. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SECRETO, M. V. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 27, p. 34-51, 23, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2010

SILVA, S. P. **Trajетória e padrões de mudança institucional no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília: IPEA, 2019.

SOUSA, Fernando José Pires de. **Pobreza, desnutrição e mortalidade infantil**: condicionantes socioeconômicos. Fortaleza: IPLANCE; UNICEF, 1992.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. DE C. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. e021006-e021006, 2021.

TAJRA, Alex. "**Brasileiros não passam fome porque têm mangas nas cidades**", **diz ministra**. UOL, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/04/09/brasileiros-nao-passam-fome-porque-tem-mangas-nas-cidades-diz-ministra.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 02 jul. 2024.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. *In*: BRASIL. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010.

UOL. "**Gripezinha**": leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. UOL, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 02 jul. 2024.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, p. 439-457, 2005.

APÊNDICE A – INSTRUMENTAL QUALITATIVO

ENTREVISTADO 01

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

Sou eu, minha filha e meu marido, né? Meu marido trabalha na Nacional Gás, ali no Cais do Porto, ganha R\$ 1500,00, e assim, a gente paga água, luz, aluguel, alimentação, a gente se vira com isso. Então assim, precisamos nos virar nos trinta, ver mercado em promoção, porque minha filha (graças a Deus) pra alimentação ela é ótima, ela é uma criança que se você der um alimento, falar pra ela provar, ela vai provar”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Como eu disse, meu marido ganha R\$ 1500,00, eu não trabalho fora. Eu faço tudo, sabe Camila? Eu gosto muito de fazer bolo, eu sou autodidata, os bolos do aniversário da minha filha são todos eu que faço. A minha vontade é fazer bolo e produzir doces pra fora, mas eu não tenho como, porque eu não tenho estrutura. Antes eu morava com a minha mãe na Solon Carvalho, agora eu moro aqui na Quadra 23, numa quitinete, ou lá ou aqui a gente trabalha com manipulação de alimentos, então precisa de uma geladeira só pra isso, como vou misturar comidas, eu não posso, se for pra fazer uma coisa mal feita, eu não faço. É o meu sonho fazer, mas é um sonho que ficará adormecido. E aí, pra fazer uma renda agora, eu to começando a fazer lacinhos, vou fazer os modelinhos, trazer para a porta da escola, mostrar para as mães das crianças, essas coisas”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Do governo nenhum, nenhum. Minha filha como ela tá laudada (diagnóstico de Paralisia cerebral) eu recebo o BPC dela agora. BPC (Benefício de Prestação Continuada) é um benefício destinado para crianças autistas, com alguma deficiência, é do INSS, então eu acho que é do Governo Federal, né? Eu até tinha me inscrito no Bolsa Família, só que eles acham que com R\$ 1500,00 você vive. Quando eu cheguei lá eles pegaram o salário do meu marido e dividiu por três, aí cada cabeça dá R\$500,00, então você não se enquadra em baixa renda ou extrema pobreza. É um

sistema muito falho, porque o que tem de gente que mente, que recebe R\$3000,00 e tem Bolsa Família. Isso desmotiva, mas graças a Deus, com o salário mínimo que a minha filha também recebe (ela foi laudada pelo Hospital Sarah) a gente vai vivendo. E eu quero com esse salário fazer render mais, sabe? Em benefício dela mesmo”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Camila, muitas coisas eu poderia te falar, eu vim de São Paulo, faz um tempinho, e a minha filha foi desenganada por muitos médicos, eu nunca me esqueço de uma que disse que ela nunca iria andar, e hoje minha filha tá aí andando, estudando, lógico que ela tem as limitações dela, mas ela é muito inteligente, esforçada e eu faço o que tá ao meu alcance para que ela se desenvolva cada vez mais, minha filha faz fono, terapias e graças a Deus só bênçãos na nossa vida”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Ah eu acho bastante, principalmente naquele período. No caso da minha filha, graças a Deus, a gente tem alimentação, mas tem muita criança que realmente passa dificuldades. Eu conheço crianças que vem pra escola pra comer, então tudo ‘é’ os extremos, né cara? Tem pessoas que, realmente, não tem. Tem muita gente em fila de espera, esperando um recurso porque tem nego que não precisa e tá recebendo. Então, eu acho muito importante a alimentação nas escolas sim”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Eu ouvi ano passado a diretora falando em uma reunião, sobre o Plano de Alimentação, que tem uma nutricionista, que eles procuram dá as frutas da época, comidas que não têm açúcar, é tudo mais natural, por isso é importante que as mães não mandem besteiras para a escola porque criança vai muito por efeito manada, se vê que um não tá querendo comer, vem o outro e diz que também não quer. E sobre o Programa, inclusive, no ano passado a diretora tinha falado que tinha um cardápio exposto na entrada, mas eu nunca vi esse cardápio lá, talvez ela tenha delegado para alguém e ninguém colocou. Aí um dia eu fui me informar e uma moça, acho que é dos serviços gerais, disse que estava fixado no refeitório, eu falei: poxa, lá dentro? Porque

eu acho que não é para eu entrar e tirar fotografias, mas eu vi, aí tinha cuscuz com carniinha, maria isabel (que eu não conhecia por esse nome), eu pergunto porque com o pouco salário que eu recebo eu tento fazer uma alimentação bem equilibrada, então eu vejo o que ela come na escola pra não repetir em casa no mesmo dia, então eu compro carne moída, faço hamburquinho. Toda vez que ela sai da escola eu pergunto: Filha o que você comeu? E as vezes três dias a mesma coisa, eu até me questiono, caramba será que eles estão sem alimentos? Mas para não me tornar chata eu não falo nada”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Não afetou em nada, porque meu marido continuou trabalhando e, como eu te falei, a gente recebia cestas básicas do governo. Eu não perdi ninguém da minha família, nós não pegamos covid, nem nada. A gente fazia todas as atividades online, eu era a única do grupo que fazia e participava”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“A gente tinha mais dificuldades pra comprar os alimentos, né? As pessoas costumavam fazer estoques até do que não era comida, não era o nosso caso, mas eu lembro que isso aconteceu”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Graças a Deus, nenhum”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Nós recebemos cestas básicas. A alimentação da prefeitura era de péssima qualidade, eu não sei se eu ainda tenho as imagens, os grãos de feijão eram todos quebrados”.

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Eu ia pegar na escola, ela marcava o dia, mandava no grupo pra gente pegar na escola, e a gente ia buscar, o acesso era fácil, o pessoal da manhã ia de manhã e os da tarde no período da tarde”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“As cestas básicas vinham um terror, cara. Pareciam que eles pegavam as piores coisas para as crianças, tanto que eu fotografava tudo. Vinha arroz, feijão, macarrão, óleo. O primeiro kit que veio foi uma carne moída horrível, uma lata de leite e acho que um pacote de biscoito, isso para o mês todo. Uma vez eu questionei para a Paula, que é uma professora exemplar, eu disse: Paula, eles acham que nossos filhos são o quê, pra comer restos? Se eu achar o vídeo eu te mostro. Era todo mês, mas não era uma qualidade que era contínua, teve um mês que veio legal, mas se eu falar de dez, nove foram ruins. O feijão era totalmente quebrado, o arroz era ruim”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Nenhuma, não interferiu em nada, porque é como eu te falei, os alimentos eram de péssima qualidade, eles não se importavam, a bolachinha vinha toda quebrada, os ovos um ou outro podre. Eu acho que deveria ser mais diversificada a alimentação, ou seja, ter mais opções para as crianças, naquele período e atualmente também”.

ENTREVISTADO 02

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Pronto, eu moro com meu esposo e meus dois filhos, um de 16 e outro de 9 anos, que é autista. Nós moramos de aluguel. Nossa vida, vamos dizer tá sobre as medidas, né? Não é tão boa, mas também não é tão ruim”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Meu esposo faz bico nas confeitarias, mas não é algo fixo”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Eu fui atrás do benefício do meu filho, justamente porque eu trabalhava e tive que parar de trabalhar pra cuidar dele, levar para as terapias (fono, psicologia, terapia ocupacional) duas vezes na semana, mas isso eu só consegui depois de uns dois anos tentando. Então eu tenho esse benefício do meu filho e a ajuda do Programa Bolsa Família que hoje tá em 350,00, pela metade, justamente porque estou recebendo o BPC, eu nem sei se vou continuar recebendo o Bolsa Família”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Eu sempre trabalhei fora, sempre fui independente mesmo, depois dos meus filhos eu ainda tentei continuar trabalhando, mas a professora do meu mais novo veio conversar comigo, disse que ele era muito diferente, muito agitado, mandou eu procurar uma assistência pra saber se ele tinha alguma coisa, um laudo”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Sim, tiro o exemplo pelo meu filho, ele não costuma merendar de manhã antes de ir pra escola, porque ele não gosta de merendar de manhã cedo, então quando chega mais ou menos 9:00 ele já sente aquela vontade de merendar, então é necessário, e importante ter merenda dentro das escolas”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Não, nunca ouvi falar desse Programa. Quando eu converso com o meu filho, ele só diz que a comida da escola é boa”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Sim, pelo menos eu e meu esposo, nós tivemos covid e ficou bem mais difícil cuidar dos nossos filhos, e principalmente para ele que trabalha com bico, né? Ele não podia

sair, então ficava bem difícil, mas o bom é que a escola estava promovendo uma cesta básica”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Aquela alimentação que vinha nas cestas básicas era para o mês, mas não chegava a durar o mês todo, aliviava. Graças a Deus fome a gente não passou”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Eu e meu esposo sofremos um pouco porque os sintomas da covid eram horríveis, a gente não podia sair, nossos filhos tinham que ficar perto da gente, em uma casa pequena, correndo o risco de adoecer também, pois era só um quarto para todos”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Nós recebemos cestas básicas”.

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Foi fácil, a gente pegava por mês, a gente ia na escola pegar e tinha muita aglomeração, viu, mesmo sendo marcado por turnos tinha muitos pais”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“Tinha arroz, macarrão, feijão, farinha, ovos, era uma unidade por alimento, mas o arroz tinha dois pacotes, não tinha carne, nem frutas e verduras, mas eu achava de boa qualidade”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Ajudava, né? Não vou dizer que ajudava muito porque era em pequena quantidade, mas ajudava no começo e a gente tinha que dá um jeito de conseguir comida até terminar o mês”.

ENTREVISTADO 03

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Eu tenho três filhos, sou casada, e a minha casa é um duplex só que uma parte ainda não está terminada, moramos na parte de cima, tem uma área, dois banheiros, uma sala, dois quartos e uma cozinha”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Eu não trabalho fora, só cuido dos meus filhos, dois deles são especiais (um autista e outra com incontinência pigmentar, que é uma doença rara), então eu recebo o benefício dos dois, o BPC. Meu esposo trabalha e recebe um pouco mais que um salário mínimo”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Só o BPC dos meus dois filhos especiais, mas eu não sei se esse dinheiro é do Governo”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Minha vida sempre foi dura, depois dos meus filhos passou a ser mais puxado devido às condições deles, a minha menina que tem incontinência pigmentar, eu preciso levar ela para as terapias, como ela já é grande não consigo mais levá-la de ônibus, tenho que ir de uber, as coisas nunca foram fáceis, mas a gente se vira”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Sim, muito, muito importante mesmo. Porque assim, além de ser acompanhado por uma nutricionista, que eu sei que tem, graças a Deus a gente tem o que dar pros nossos filhos, mas eu sei que tem mães que não tem de manhã o que dá pros filhos,

a alimentação na escola às vezes é a única refeição, que não é o meu caso, mas é muito importante sim. E outra coisa, eu já estudei, eu sei que dentro de uma sala de aula a gente sente muita fome, deve ser terrível não ter o que comer na escola”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Eu já ouvi falar, mas eu não sei como funciona, do que se trata”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Sim, porque foi na pandemia que veio os aumentos dos alimentos e foi na pandemia que a minha filha também perdeu o benefício e o pai dela perdeu o emprego, isso foi muito cruel, nós ficamos sem renda nenhuma”.

- E como vocês fizeram? Foi só com a ajuda das cestas básicas na escola?

“Que cestas básicas? Eu fui trabalhar em casa de família fazendo faxina, ainda passei um ano e dois meses trabalhando, foi quando eu consegui o benefício dela de volta e parei de trabalhar”.

- Mas a pergunta que não quer calar: você não recebeu cestas básicas na época da pandemia?

“Não”.

Por que não?

“Professora, eu nem sabia dessa. Nunca recebi”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Não chegamos a passar fome, mas foi muito perrengue, viu? E estou agora aqui pensando como estava nosso desespero para dar comida todo dia para as crianças, eu trabalhava muito, ficava muito cansada e nunca soube dessas cestas, teria ajudado bastante. Quando eu perdi o benefício da minha filha, eu fui no CRAS pra receber o Bolsa Família, eu não tinha direito a nada, eles disseram que eu tinha que escolher

ou voltar a ter o benefício ou o auxílio daquela época, então eu fiquei sem nada. Essa cesta básica estou sabendo agora, foi muito difícil essa época. Mas a minha família também me ajudou muito naquele período”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Graças a Deus, não!”

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

- O que tinha nas cestas ou kits?

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

ENTREVISTADO 04

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Na minha casa mora eu, meu marido e a minha filha e eu moro em um quartinho com três cômodos aqui em Fortaleza, dorme nós três juntos, tem uma cozinha, um quartinho e uma salinha”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Então, eu não trabalho fora, mas meu marido trabalha e recebe um salário mínimo”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Eu recebo o auxílio de R\$ 650,00, que antes era Auxílio Brasil e agora virou Bolsa Família de novo”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“No momento não estou recordando nada não!”

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Sim, com certeza, principalmente para as crianças que não se alimentam em casa, não é a nossa realidade, graças a Deus eu tenho comida em casa, mas a gente sabe que existem crianças que não têm como se alimentar em casa e comem na escola, uma alimentação que inclui frutas, legumes, essas coisas”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Não, não estava sabendo, não conheço”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Afetou e muito. Assim, o meu marido ficou desempregado, a gente não teve ajuda de ninguém e graças a Deus a gente se manteve com o auxílio, eu consegui e até hoje eu recebo”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Professora, assim, a gente não chegou a passar fome, mas era tudo muito difícil”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Nenhum problema, graças a Deus, ninguém morreu, ficou tudo bem. Naquele período foi difícil, mas depois melhorou!”

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Isso, eu recebia todo mês, cestas básicas, mas não dava para o mês todo”.

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Eu vinha na escola pegar, nunca recebi em casa, às vezes tinha aglomeração, muita gente pra pegar essas cestas. A gente chegava, ficava aguardando, o acesso foi tranquilo”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“Eu acho que eram cinco arroz, uma farinha, um óleo, um café, dois açúcares, não recebi carnes, tinha uma bandeja de ovos, mas não era completa, vinha pela metade. Nunca recebi verduras e frutas. Alguns feijões não eram bons, tinha que catar pra achar um bom, e uns tinham ‘guguio’ que eram aqueles besourinhos, que não pode, né? Arroz tinha tempo que vinham uns bons, outras vezes vinham aqueles todos quebradinhos”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Sim, foi uma ajuda e veio em boa hora, por conta do sofrimento todo que foi a pandemia, né? A gente sem poder sair de casa, perdendo emprego, meu Deus, foi uma ajuda e graças a Deus deu tudo certo, a gente se manteve, conseguimos passar e agora vida que segue”.

ENTREVISTADO 05

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Somos quatro pessoas, eu, meu marido e meus dois filhos e nossa casa tem dois quartos, sala, cozinha e banheiro”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“A base é o salário mínimo, o pai deles é promotor que abastece em mercantil (de manhã) é tipo repositor de produtos, no caso dele é de bebida, ele repõe as bebidas dos mercados e a noite ele é uber moto, trabalho pesado, viu? E eu trabalho ajudando fazendo almoço na casa da minha família, porque como eu tenho medo de deixar as duas crianças só, eu saí de um outro emprego por causa deles, porque o mais velho é autista, eu não tenho coragem porque ele não fala muito o que aconteceu no dia, aí eu to fazendo almoço e ajudo lá na minha mãe, ganho R\$1000,00, ajuda bastante”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Não recebemos nenhum benefício”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Não, consigo lembrar de nada em específico agora não”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Sim, é importante porque algumas famílias não têm condições de ter o básico fora da escola, o meu caso não é esse, mas outras crianças a gente não tem como saber, aí não tem aquele arroz, feijão, macarrão, o básico que muitas famílias não têm, né? Uma carne, uma mistura como a gente fala.”

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Não, nunca ouvi falar”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Nós passamos por dificuldades justamente fechando a renda, eu não podia sair pra trabalhar porque tinha medo de trazer alguma bactéria, alguma coisa, com os meninos eu era muito restrita, muito fechada, então a renda era só do meu marido, cartão de crédito, foi muito puxado na pandemia. Meu tio quase faleceu, ficou dois meses

internado, com aquela ventilação pra poder respirar, mas dentro de casa, ninguém pegou nada”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Na pandemia foi bem difícil porque meu filho mais velho tem alimentação restrita, tipo pra comer uma carne, um frango, tem que ser desfiado. Peixe não tem quem faça ele comer, pode dar uma surra e ele não come. Suco ele não bebe, então na pandemia era mais difícil ainda. Meu marido que saía de casa, era o responsável por comprar os alimentos”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Não, nenhum problema”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Nós recebemos do colégio cestas básicas, ajudou muito, apesar de ter muito sal, tinha muito sal, eu acho que todas as cestas que veio tinha excesso de sal, todas as famílias que receberam, todas tinham em casa excesso de sal e de farinha”.

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Não, era fácil o acesso, tanto que as vezes dava complicação porque nem todo mundo podia vir pegar e mandava outra pessoa, aí tinha que levar a certidão pra poder levar e justamente não dá confusão porque algumas pessoas ficarão sem cestas, no primeiro mês eu não recebi a cesta porque passou da data e eu não consegui pegar, aí só na segunda vez que eu consegui pegar. Na primeira vez a gente perdeu porque o colégio estava fechado e não tinha como pegar as cestas, e não recebia em casa”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“Tinha farinha, sal, óleo, um quilo de arroz e outro de feijão. Tinha uma bandejinha de seis ovos e uma lata de sardinha”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Ah, com certeza ajudou bastante na época, porque como era só ele trabalhando ajudou bastante, não faltou em casa, mas contribuiu muito”.

ENTREVISTADO 06

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“A minha família é bem estruturada, sou eu, meu esposo e meus dois filhos, só que o mais velho optou por morar com a avó por ser mais perto do colégio dele e porque lá ele não é tão preso como eu deixo em casa, e avó você sabe como é, né? Mas todo final de semana ele vem pra casa. E a nossa casa são dois quartos, tem garagem, a sala, cozinha, um quintal e um banheiro”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“No momento eu parei por conta do TEA (Transtorno do Espectro Autista) dele, mas o pai dele é coordenador do São Luíz, nossa renda passa de um salário mínimo”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Recebemos o Bolsa Família”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Como sou filha única, criada por vó e mãe, não tenho o que reclamar não, só muito mimada mesmo e aprendi com as lições da vida que não é do jeito que elas me ensinavam, né? A gente aprende com a vida, sempre fui muito mimada, não fazia nada dentro de casa, era arengueira, e elas duas sempre passavam a mão na minha cabeça”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Sim, muito. Eu digo pelo meu primeiro filho, ele come muito, ele diz que repete cinco vezes, já o meu mais novo, por conta da seletividade dele, ele não come a comida da escola porque diz que não foi eu que fiz. Então é importante porque a maioria não tem o que comer em casa, não é o meu caso, mas tem mães que mandam pro colégio justamente porque não tem o que comer em casa”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Não”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Só quem pegou foi meu esposo porque ele trabalha com o público, né? Aí ele pegou e precisou deixar de trabalhar, mas não perdeu o emprego. Ele também fazia entrega de ifood e parou só no período que pegou covid, e assim, o ifood também era uma renda, né? Então afetou um pouco, a gente atrasou cartão, água e luz. Mas aí recebemos os R\$ 1200,00 do governo e ajudou muito”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Nós não chegamos a passar fome, mas foi muito complicado esse período”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Não”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Sim, a cesta básica, eu recebi, vinha todo mês pegar na escola”.

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Foi difícil não, não tinha nada de cadastro, era só vir pra escola, assinava e pronto, recebia”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“Só vinha arroz, feijão, açúcar, sal e farinha. Também tinha seis ovos, mas a qualidade era muito fraquinha, eu não vou mentir, eu não fazia não, eu ajudava as pessoas que passavam pedindo ajuda com esses alimentos, meu marido diz que eu nasci na família errada porque ele diz que meu paladar é muito diferente do que ele ganha”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Não, até porque meu filho daquelas cestas só comia arroz e nem o arroz era bom!”

ENTREVISTADO 07

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Somos eu, a minha filha e o meu caçula. A nossa casa tem só uma sala, um quarto, cozinha e banheiro”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Eu recebo Bolsa família e como a minha filha faz tratamento desde muito pequenininha, eu revendo o que eu posso revender para complementar”.

Você revende o quê?

“Revendo boticário, perfume, hidratante. Eu comecei a receber bolsa família ano passado, porque antes eu tinha a renda do pai deles antes, e agora é só a gente”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Da questão alimentar?”

- Pode ser, se for relacionado a isso é ainda melhor!

“Minha filha foi prematura, ela não conseguia mamar, nasceu de 7 meses, mas não ficou na incubadora, porque nasceu no pesinho limite, aí ficou no banho de luz um tempo e no respirador. Ser mãe de UTI deve ser uma das partes mais complicadas de ser mãe, né? Minha filha era diferenciada, né amiga, mas a gente não tinha conhecimento de nada, a gente só achava que ela era prematura, quando ela foi crescendo foi complicado, porque ela não dormia, ela foi começar a dormir depois da medicação, muito tempo depois. Até hoje ela tem problema para comer, tanto que ela tem baixo peso, aqui na escola, eu acho que ela nem come. Eu mandava comida quando ela era mais pequenininha porque ela podia trazer pipoca, pipoca do milho mesmo, mas não vale muito a pena porque ela não come muito”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Eu acho. Não só a alimentação, mas a variedade, né mulher, porque tem crianças que são alérgicas, né? Tem crianças que não tem muitas condições em casa, passa a maior parte do tempo na escola, então eu acho importante sim”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Se eu não me engano, é o responsável pelos cardápios aqui da cantina, né?”

Sabe mais ou menos como funciona?

Não muito”.

Geralmente você pergunta para os seus filhos o que tinha na merenda do dia?

Qual foi a alimentação ofertada na escola?

“Pergunto, até pra saber se ela comeu né? Mas ela quase nunca responde. Agora, meu menino costuma dizer que tinha muito arroz, feijão, verdurinha”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Afetou muito. Porque na época a gente ainda estava com o pai deles e ele parou de trabalhar, porque fechou as coisas, né? Ele trabalhava em uma loja de comércio”.

Só uma pausa. O que aconteceu com o pai deles?

“Separação, porque estava muito complicado. Aí voltando, a minha mãe, que é minha vizinha, parou também porque fechou. Demoraram um pouco para saber se ia dá ou não salário, eu não recebia bolsa família na época, então era mais reserva que a gente sobreviveu por quase um mês. Mas aí eu recebi R\$ 600,00 do auxílio, ajudou muito, foi uma mão na roda, era todo mês. E aí a gente não pagava luz e água, teve isenção. Menos mal, né?”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“A gente pegava cesta aqui na escola”.

Eu ia te perguntar isso! Eram cestas básicas, kits de alimentação?

“Eram cestas básicas”.

O que vinham nessas cestas, você lembra?

“Vinha arroz, cuscuz, vinha óleo também, farinha. Eram mais alimentos não perecíveis e ovos, tinha ovos. Mas a gente não recebia carnes, nem verduras. A gente recebia uma vez no mês, aqui na escola”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Era fácil, não precisava fazer nenhum cadastro porque era por aluno matriculado, aí você só vinha com o seu documento, o documento do aluno e pegava”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Aí ajudou muito né? Eu acho assim, professora, no momento que você vai num mercantil e tinha muita coisa faltando porque o pessoal fazia estoque, toda ajuda é lucro, né? O mais importante é ver os nossos filhos alimentados independente da qualidade. Claro que se a gente fosse comprar, a gente procurava o melhor, mas como não tinha, vai com o que tem. Eu lembro que quando começou até achar óleo aqui no Super Lagoa da cidade 2000, era difícil. Teve uma época que começaram a taxar a quantidade de óleo que podia ser vendida, porque o pessoal zerava. O primeiro mês da pandemia, professora, foi complicadinho, mas, graças a Deus, a gente sempre deu um jeito, Deus o livre, nunca passamos fome”.

ENTREVISTADO 08

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Bom, ele é bem... existe um suporte, assim, muito presente na minha família. Há dois anos tá morando eu, meu esposo, meu filho que a senhora conhece, a minha mãe, minha irmã mais nova e os dois sobrinhos. Uma rede de apoio bem presente, meu filho sempre tem a companhia dos primos, isso foi muito importante para ele, no brincar, socializar. E assim, isso coincidiu com o retorno das aulas presenciais, né? Pós pandemia, que foi muito difícil para gente, porque nesse período a gente começou a identificar os comportamentos de TOD ‘Transtorno Desafiador Opositor’, e nessa época em 2019 para 2020 eu estava investigando esse processo de autismo e na pandemia ele tirava a máscara, jogava no lixo, tinha essa posição de desafiar mesmo. Fora que ele era muito difícil de se comunicar fora de casa.

E a nossa casa, é uma casa muito grande. Tem quarto, tem espaço para eles brincarem, quintal, é uma casa boa”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Eu trabalho informalmente, faço, inclusive, acompanhamento escolar pra Educação Infantil I e II, especialmente para crianças com dificuldades de aprendizado, inclusive um deles é autista e tem TDAH ‘Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade’, então, assim, eu to há 2 anos nessa função, que não é exatamente um reforço escolar, eu sempre gosto de deixar isso bem claro para os pais, que é realmente uma tutoria”.

E você tem alguma faculdade?

“Eu sou geógrafa, eu fiz em 2009. Depois fiz MBA em Psicologia do Trabalho e hoje estou em uma segunda graduação em Pedagogia.

Então, assim, a minha renda é variável, quando estou com todos os horários preenchidos pode chegar a um pouco mais de um salário mínimo. Meu marido é analista de e-commerce, recebe de R\$ 2000,00 a R\$ 2500,00. Minha mãe trabalha com mídia, minha irmã mudou de emprego, está agora em CLT, somando tudo é uma renda boa. A gente vai se ajudando”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Não, não recebemos. A assistente social até explicou que esses programas só recebem, ou pelo menos deveria receber, somente pessoas que estão em situação de maior vulnerabilidade mesmo, o que não é o nosso caso, graças a Deus”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Assim, eu sou a mais velha de dois irmãos, então, como a nossa família foi muito instável, não tivemos essa possibilidade que hoje temos de morar no mesmo lugar, todo mundo em paz. Eu vi minha mãe passar por violência, eu nunca, mas ela eu já vi e isso traz uma sensação de solidão, atira muitos gatilhos, né? Então, assim, eu tive que me responsabilizar por eles, durante a maior parte da minha infância e da adolescência, de fazer comida pra eles, porque eu não conseguia morar no mesmo lugar que ele (meu pai), eu cheguei as vias de fato mesmo, deu ir pra cima dele, da gente lutar porque eu não aguentava mais, eu não vou deixar isso acontecer mais na minha vida, na minha família, eles não merecem isso. Então, essa parte familiar da minha história, me remete muito a ter que ser a provedora, eu lembrar de criança, indo com os meus dois irmãos para o supermercado, fazer as compras, e eu digo pra eles que eles me ensinaram a ser mãe. Tem que criança que gosta de criança, né? Eu não gostava não”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Com certeza. Com certeza. Vamos imaginar todas as crianças que vêm né? E que, muitas vezes, os pais estão fazendo tudo o que é possível e mesmo assim, ainda não

dá. Na nossa família, na nossa correria, eu sei que estamos fazendo tudo o que é possível e a gente sabe que é difícil, tem dias que não dá, muitas vezes não temos dinheiro. E eu imagino, cada um tem a sua luta aqui, cada família aqui, certamente, tem dia que não vai conseguir garantir o que comer, e aqui na escola vai ter. Então, assim, é fundamental, já aconteceu com a gente, de não ter caído o pagamento e não ter um lanche, graças a Deus tem a escola, é um alívio, uma segurança, eu acho que deveria ser senso comum das pessoas de saber a importância disso, não só porque meu filho pode precisar um dia, além disso, todo mundo, toda criança tem que ter um lugar onde ela vai para se desenvolver, e que possa estar alimentada e tenha condições de aprender”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Já ouvi falar aqui, em uma reunião de pais, aqui na escola. Só não lembro se foi no início ou no meio do ano, mas foi aqui, a Karol (Diretora) foi explicar”.

E você sabe como ele funciona?

“Assim, eu sei perto do básico”.

Que seria...

“Pelo o que eu lembro, a Prefeitura tem um cardápio com os itens que vem, com apoio de nutricionistas, mais ou menos isso”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Nós tivemos casos de covid na família, mas não chegou a ser fatal. A gente morava em outro apartamento, só eu, meu filho e meu marido. A gente tinha outra rotina, né? Eu tinha outro ritmo também e com a pandemia mudou a nossa sobrecarga de trabalho, tínhamos estabilidade financeira, mas junto a ela veio a exaustão, o cansaço e acúmulo de coisas e tudo isso mexeu com a gente como mexeu com outras famílias também”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Em relação à garantia de alimentos, não tivemos muitos problemas, meu marido trabalhava como web designer, não perdeu o emprego porque podia trabalhar em casa, então não ficamos sem comida não”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Só crises de ansiedade, né? Acredito que todo mundo tenha sido afetado de alguma forma”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Não, nunca recebemos. Kits de alimentação? Cestas? Estou sabendo agora disso”.

ENTREVISTADO 09

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Lá em casa a gente mora em 6, eu, minha sogra, meu sogro, meu esposo e minhas duas filhas. A casa é da minha sogra, aqui na Cidade 2000, e ela é própria. Tem espaço, lá a gente tem 2 banheiros, uma sala, tem privacidade, cada um tem o seu quarto, é uma casa bem ampla”.

- E em relação a renda familiar?

“A renda familiar é boa, meu sogro é aposentado e continua trabalhando, minha sogra é aposentada, eu trabalho e meu marido está desempregado no momento. Recebemos um pouco mais de um salário mínimo”.

- Você recebe algum benefício do governo?

“Não, a gente não recebe nenhum benefício do governo”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Na gravidez da minha filha mais nova, eu tive um problema com carne vermelha, comi um churrasco, com carne vermelha e peguei uma infecção, fiquei 15 dias internada, grávida dela de 7 meses, aí hoje em dia Dra, ela não come mais carne vermelha, nem eu. Só o cheiro da carne cozinhando já dá dor de cabeça na gente”.

E na sua infância, na sua adolescência tem algo que possa compartilhar?

“Na minha infância passamos muita dificuldade, mas nunca passamos fome. Era meu pai com cinco filhos, a gente ficou bem apertado. Eu digo para as minhas filhas, vamos valorizar o hoje, porque lá atrás a gente sabe como era difícil. Quando criança eu precisava misturar farinha com café, lembra? Quando chegava assim de tardezinha, era esse o nosso café da tarde. Era só uma pessoa trabalhando, cinco filhos. Hoje em dia, graças a Deus não passamos por isso”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“É importante, eu faço tudo para as minhas meninas comer no colégio porque elas são muito frescas, mas eu acho muito importante, porque, às vezes, é a primeira alimentação, e às vezes é a última de muitas crianças. E sem uma alimentação correta, você não consegue aprender, com fome a gente não consegue fazer, eu acho”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Eu acho que eu já ouvi falar sim, mas eu não sei como funciona”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Ela afetou porque a gente teve que parar, ficar dentro de casa né? As crianças dentro de casa e ficar aquela loucura, porque elas não aceitavam a gente ensinar, a minha não queria e tudo ficou mais caro, alimentação ficou um absurdo os valores. Você pensava em comprar, já não dava. Então, pra mim, afetou muito, tanto no ambiente

do colégio, como no ambiente dentro de casa. Meu sogro teve que ser afastado, mas eu consegui ficar no meu trabalho, mas ficamos sem o salário dele, a renda então diminuiu. A tia do meu marido morreu de covid, então a pandemia afetou e muito nossas vidas”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“As coisas ficaram muito difíceis, com a alimentação também, como eu falei os preços eram absurdos de caros, mas o colégio ajudou muito a gente com as cestas, lembra?”.

Eu ia chegar nesse assunto.

“Pois é, todo começo do mês a gente vinha buscar uma cesta e vinha pegar polpa, então ajudava muito”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Gerou, minha mãe surtou na pandemia, porque ela ficou com medo de morrer. A gente tinha uma tapioca em frente ao Hospital Geral, só que quando começou a morrer muita gente, a gente fechou, e ela trabalhava nessa tapioca, era o divertimento dela, ela gostava daquele ambiente, minha mãe gosta muito de conversar, mas aí começaram as morrer as pessoas, ela viu sair muito carro, ela surtou, mas tá sendo acompanhada pelo CAPS. Todo mundo lá em casa teve queda de cabelo, só do medo de morrer. Como eu não parei de trabalhar, porque eu sou operadora de caixa, eu ficava com medo de levar a doença para a minha família”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Era fácil. Era tranquilo, eu vinha para o colégio, a gente pegava uma senhazinha, e já recebia, era rápido”.

- O que tinha nas cestas ou kits, você lembra?

“Lembro. Vinha açúcar, vinha óleo, bolacha, ovos, polpa de fruta, 1 quilo, às vezes 2 quilos. Ajudava muito, professora, essas cestas. Eu usei tudo”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Teve uma melhoria sim porque eu ajudei até a minha mãe com essas cestas, pois como eu recebia pelas duas meninas que elas estudavam em escolas diferentes, eu ajudava. As minhas irmãs também tem filhos e também receberam, então a gente fazia um jogo de cintura pra sempre não faltar. Pra mim, fez uma diferença, ao invés de comprar o arroz, a farinha, eu já comprava a mistura, porque carne não vinha na cesta”.

ENTREVISTADO 10

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“A minha família sou eu, meu marido e a minha filha, só nós três. Nossa casa é alugada, tem banheiro, cozinha, ela tem o quartinho dela”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Só eu trabalho, o pai dela não trabalha, faz bico só. Tipo assim faz uma faxina, ajeita um telhado, não dá pra ter um dinheiro fixo não. Trabalhar, trabalhar é eu que trabalho. Eu trabalho em restaurante como auxiliar, é meio que faz tudo, ela faz a comida e eu me viro com o resto. Nossa renda chega a um salário mínimo. Mas eu recebo auxílio do Governo, Bolsa Família. Ajuda também”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Os meus pais nunca me deixaram faltar nada, mas eu já ouvi deles que eles passaram fome, para eles eram mais difíceis, meu pai sempre se esforçou pra não deixar faltar nada”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Eu acho sim. Porque a minha filha, por exemplo, a alimentação dela em casa é bem regrada. Tem a hora do café, a hora da fruta, a hora do almoço, é por horário, passou do horário, eu não dou mais, quer comer, tem que comer na hora certa. E aí aqui na escola, muitas vezes ela não gosta da comida, né? Quando eu venho pegar ela, ela diz, mãe eu tenho que ir logo pra almoçar porque estou com muita fome. Aí eu pergunto, por que não comeu na escola? Porque tem crianças, professora, que só se alimenta aqui, em casa geralmente não tem o que comer”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Não. Nunca ouvi falar”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Sim, como eu trabalho em restaurante, não tinha ninguém trabalhando, então não ia ninguém almoçar, então ele fechou. Eu recebo por semana, se lá fecha, eu não recebo, então eu não estou trabalhando, entende? Ficava muito apertado, a gente tinha que se virar só com o dinheiro do auxílio, aí pra comprar alimentação, pagar aluguel, era bem difícil, bem difícil mesmo. Em relação a saúde não nos afetou não, ninguém adoeceu, ninguém pegou covid, ninguém morreu, graças a Deus”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Era muito difícil, a sorte é que a gente ganhava cestas básicas da creche dela”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Não, nenhum problema”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“O acesso foi muito fácil, não tive nenhum problema”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“A gente recebia todo mês. Dentro vinha dois arrozes, um feijão, uma farinha e um café. Eu achava de boa qualidade, ajudou bastante, mas eu não lembro de ter recebido polpas de frutas nem ovos”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:**- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?**

“Sim, com certeza. Ninguém sobrevive sem comida, né? Toda ajuda é sempre bem vinda, principalmente quando se tem filhos e você não quer, de forma alguma, que falte nada para eles. Então, ajudou bastante sim”.

ENTREVISTADO 11**CONTEXTO EM QUE VIVE:****- Como você descreveria sua casa e sua família?**

“Lá em casa, somos cinco. Eu, meu filho, a minha netinha, meu marido e minha filha de 17 anos. E a nossa casa é pequena, eles têm só um quatinho e tem um ‘triliche’, que é para os três. Aí a gente tem o nosso quarto, tem cozinha, mas sala não tem. E tem uma varanda que a gente põe roupa fora e o banheiro”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Então, quem trabalha é só o meu marido, eu trabalho em casa e recebo o (programa) bolsa família. Eu não trabalho fora porque eu ainda estudo, né? Eu faço enfermagem. Então nossa renda, meu marido recebe um salário mínimo e temos os R\$ 700,00 do programa”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Eu morava no Pará, né? Eu vim pra cá, porque o pai dos meus filhos, meu primeiro esposo, trabalhava viajando, ele é soldador, saímos do Pará para Goiás, aí ficamos rodando, Goiás, Tocantins, Maranhão, tudo isso com os meninos. Aí fui pra Recife, depois vim pra cá. Aí a gente se separou aqui, a gente já não vivia bem e aqui eu

fiquei, e me adaptei, mas quase cheguei a passar fome com meus meninos, porque quem trabalhava era ele. Eu fui trabalhar em supermercado quando eu separei, nesses supermercados de bairro. E aí foi quando eu fui ver tudo, como era muito difícil, mas graças a Deus eu posso dizer que hoje eu venci, sou uma vitoriosa, porque a batalha foi muito grande. Eu sofri muito, mas é isso”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“É importante, muito importante. Eu tiro pelo meu filho, porque eu não sei o motivo, mas todo dia ele não consegue comer de manhã. Então é importante porque eles vão comer, né? Na hora que vier a fome vai ter ali o alimento”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Ainda não, não sei o que é”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“De saúde assim não, porque nenhum de nós pegou covid, graças a Deus, então a gente ficou muito tranquilo. E em questões financeiras foi difícil porque todo mundo teve que parar, né? E aí acho que pra todo mundo ficou aquela questão de ser difícil, mas meu marido, por exemplo, ficou parado, só recebeu o que ele trabalhou. Foi assim que aconteceu, né. Ele só recebia o que trabalhava, então tivemos que juntar todo mundo, e pagar as dívidas, porque foram muitas dívidas, quem que esperava uma pandemia, né? Ninguém esperava”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Não, até que não. A gente não teve assim, muita dificuldade, tipo assim fome. Foi muito difícil, muito caro, mas o que a gente recebia, a gente tentava manter a alimentação, organizava pra não deixar faltar”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“De longa duração não, porque lá em casa a gente é muito organizado na questão de dívidas e organização com a alimentação. E como tem meu filho e minha netinha que são pequenos, a gente tinha essa preocupação. Tipo, eu não deixava ninguém comer as frutas, porque as frutas eram deles, se acabar ia ficar difícil, porque quem necessita disso são eles porque eles são pequenos. Teve uma regra”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Recebia cestas básicas, ajudou muito também, professora”.

- Pode descrever o processo de receber esses kits ou cestas básicas? Foi fácil ou difícil obter esse suporte?

“Era de mês em mês, a dificuldade é porque tinha que saber o dia que ia pegar. Tinha que ficar de olho no dia, mas ajudava muito”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“Tinha arroz, feijão, óleo, a gente também recebeu ovos. Acho que tinha aquele floção, tinha café, açúcar, sal, tinha muito sal. Tinha macarrão também, umas bolachas, eram uns 10 itens. Agora carne não tinha não. E se eu não me engano tinha também produtos de limpeza”.

Você achava os alimentos de boa qualidade?

“Sim, eu achava bom. Porque quando você está passando por necessidade, não existe isso o pior macarrão, o pior arroz, vai depender da forma como fazer vai fazer esses alimentos. E o importante é não passar fome, a gente tem que ter gratidão pelas coisas”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Percebi, foi muito bom. Foi uma ajuda muito grande. A pessoa que disser que não foi ajudada na pandemia está mentindo, porque todo mundo foi ajudado”.

ENTREVISTADO 12

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Só mora eu e mais duas pessoas, no caso três pessoas. A nossa casa é bem pequenininha”.

Essas três pessoas, quem são?

“Eu, meu filho e meu marido. E a casa é bem pequenininha. É só um quarto para os três, uma sala, uma cozinha e um banheiro. Bem pequena mesmo”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“No momento a única renda que eu estou tendo é o do (programa) bolsa família”.

Ah é? E seu marido não trabalha?

“Ele trabalha, mas só trabalha fazendo bico quando aparece. Quem trabalhava mais era eu, né? Mas depois do acidente parou tudo também. Aí a única renda fixa mesmo é só essa de R\$ 650,00. Aí meu marido faz bico de retelhar casa, trabalha de servente, com gesso, é o que aparece, não pode escolher não, porque se escolher não dá certo, é o que tiver”.

- E a senhora falou de acidente. O que houve que a senhora precisou parar de trabalhar?

“Professora, na véspera do ano novo, eu fui atropelada por uma moto na calçada da minha casa, saí e não vi essa foto, eu voei longe, não sei como estou aqui hoje, fiquei muitos meses deitada numa cama”.

- E tem mais alguma história que a senhora gostaria de compartilhar que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“O trauma que eu fiquei desse acidente, é a única coisa que não sai da minha cabeça até hoje. Foi a única coisa que me deixou traumatizada e que me paralisou, foi esse

acidente. Porque eu ainda conseguia ajudar dentro de casa, depois disso, não posso fazer mais nada e ainda tem a criança que tem que dá de conta e que precisa muito de mim, depende de mim pra tudo, porque ainda é pequeno. Como o pai dele não tem emprego certo, todo dia ele sai atrás do que aparece e eu que tenho que correr atrás de tudo com ele”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Sim, demais. É importante e eu acho que deve ter, porque além dele passar uma maior parte do tempo na escola, criança tem fome e muitas vezes os pais não tem condições de sempre tá dando comida, vou muito longe não, eu. Eu não tenho condições de todo dia mandar lanche não, então come em casa, come na escola, pra dar tempo chegar em casa e comer de novo. Então é muito importante, ajuda demais, tanto na renda quanto com as crianças, pois não tem como ficar meio período sem comer nada. E ele gosta, viu? Ele sempre diz o que comeu na escola, se estava bom, se ele gostou. Ele conta tudo, inclusive quando repete. Eu sempre falo para comer mesmo porque é para eles. Agora eu acho uma merenda muito saudável, pelo o que ele me fala”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Não, não sei o que é. Nunca ouvi nem falar”.

PANDEMIA:

- Então vamos falar do período da pandemia! Eita, porque essa careta?

“Não, professora, foi uma coisa muito complicada, porque paralisou tudo”.

Pois é, era isso que eu ia te perguntar, como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Afetou em tudo. Porque paramos tudo, o acompanhamento que meu filho tem com a psicóloga e fono. Foi um período que ele ficou mais agitado e com a gente também né? O estresse de ficar dentro de casa. E dinheiro afetou porque paramos tudo e passamos a sobreviver com o dinheiro que veio dos auxílios e também da ajuda dos meus pais, que todo mês me ajudavam. Agora, graças a Deus, fome eu não cheguei

a passar, ninguém lá em casa. Agradeço muito a Deus. Aperto todo mundo passou, né? Aperto, aquele negócio aperreado, empurrando, mas deu pra passar”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Eu fiquei com ansiedade. Já tinha pressão alta aí piorou. Acostumada a trabalhar, aí tive que parar de repente, vê a dificuldade dentro de casa, aí fiquei com ansiedade. Acostumada a trabalhar, ganhar o dinheirinho da gente, aí você para a cabeça pira”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“Não, era só o auxílio”.

Mas na escola, a senhora não chegou a receber?

“Não recebi, da escola não. Não tinha, a única coisa que a gente tinha era o auxílio, logo no começo que foi de R\$1200,00. Era o que eu pagava aluguel, água e energia”.

E comida, como é que vocês faziam?

“Como não tenho meu marido no meu ‘bolsa’, que é só eu e meu filho, ele se inscreveu também e recebia R\$ 600,00 por fora, então o restinho que sobrava do meu, juntava com o dele e comprava comida, e quando faltava alguma coisa, principalmente pro meu filho, meu pai mandava, ajudava a gente. Tinha mês que a gente atrasava aluguel, mas o dono é gente boa e nos ajudava muito também, estamos morando na casa dele até hoje”.

- Então cesta básica nunca recebeu?

“Não, de escola, de canto nenhum. Recebi de jeito nenhum”.

ENTREVISTADO 13

CONTEXTO EM QUE VIVE:

- Como você descreveria sua casa e sua família?

“Somos cinco lá em casa. Eu, minha esposa e três filhas. A casa pra gente é muito pequena, um quarto para cinco pessoas”.

- Você poderia nos contar um pouco sobre a sua renda familiar?

“Atualmente eu estou desempregado. A gente vende pastel a noite, temos uma pequena venda e isso vai agregando no nosso orçamento para não deixar faltar nada. Essa é a nossa renda, junto com o ‘bolsa família’”.

- Você poderia compartilhar alguma história de vida que acredita ser relevante para que eu possa te entender melhor?

“Professora, todo mundo tem suas dificuldades, né? Se eu for contar tudo o que já passei a gente vai ficar horas aqui, mas o que eu posso dizer é que trabalho muito pra não deixar faltar nada para as meninas. Mesmo desempregado a gente encontra um jeito de trabalhar e não deixar faltar nada, ou pelo menos o básico, né?”.

RELAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

- Você acha que ter alimentação na escola é importante? Por quê?

“Com certeza. É necessário e acredito que toda criança precise, esse período da entrada até a saída, ficar sem comer não é legal, né? Criança tem que se alimentar bem para conseguir estudar direito”.

- O que você sabe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também conhecido como PNAE? Como você acha que ele funciona?

“Não, não conheço isso não”.

- Nunca ouviu falar?

“Nunca, to ouvindo agora porque a senhora está falando, mas não sei do que se trata”.

PANDEMIA:

- Como a pandemia afetou você e a sua família em termos econômicos e de saúde?

“Eu tive que ‘se’ afastar do meu trabalho, porque tudo fechou”.

- O senhor trabalhava com o quê?

“Eu trabalhava em cozinha, sou cozinheiro. Mas graças a Deus só passei dois meses em casa, com dois meses eu retornei, só eu e mais dois da empresa, voltamos a trabalhar e foi o que salvou”.

- Quais situações específicas em relação à alimentação vocês vivenciaram durante a pandemia que gostaria de compartilhar?

“Eu só lembro que era muito difícil não deixar faltar comida dentro de casa, mas com trabalho a gente sempre deu um jeito”.

- A pandemia gerou algum problema de longa duração na sua vida ou da sua família? Se sim, qual ou quais?

“Graças a Deus, não”.

ALIMENTOS PROVENIENTES DO PNAE DURANTE A PANDEMIA:

- Sua família recebeu kits de alimentação ou cestas básicas durante a pandemia?

“A gente recebia pela escola, eram cestas básicas. Todo mês a gente recebia, como ela é aluna da escola o cadastro foi fácil de fazer, a gente recebeu com tranquilidade. Tinha que ter uma comprovação tanto dos filhos, quanto dos pais e tinha o dia certo para pegar no mês”.

- O que tinha nas cestas ou kits?

“Tinha o básico, professora, arroz, feijão, macarrão, umas bolachas, cuscuz e ovos”.

IMPACTOS DO RECEBIMENTO (OU DA FALTA) DE COMIDA:

- Você percebeu alguma melhora na qualidade de vida de sua família devido ao recebimento de kits de alimentação ou cestas básicas? Por quê?

“Ajuda, né professora? Alivia o nosso bolso também. Mas aquele período foi ruim pra todo mundo, eu acredito”.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO (TECLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado por Camila Pinto Fernandes Lins como participante da pesquisa intitulada “AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM FORTALEZA NOS ANOS DE 2020 A 2023”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Este estudo está sendo coordenado pelos pesquisadores Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa e Profa. Dra. Eveline de Alencar Costa. Após ser ESCLARECIDO sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Em caso de recusa, você não será penalizado de forma alguma.

Objetivo do estudo: Avaliar o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado em Fortaleza- CE nos anos de 2020 a 2023, no que concerne às refeições, controle e aquisição de alimentos.

Procedimentos: Serão realizadas entrevistas semiestruturadas de, no máximo, 20 minutos onde perguntaremos sobre o contexto em que vivem, a relação dos entrevistados com a alimentação escolar e se houveram impactos causados pela pandemia. A pesquisa terá como benefícios contribuir com a melhoria na alimentação escolar e entender como que as famílias foram impactadas com a pandemia. Vale ressaltar que tal pesquisa não trará nenhum prejuízo aos envolvidos, e não causará nenhum desconforto.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados dessa pesquisa forem divulgados em qualquer forma. Será garantido a todos os participantes o acesso aos dados coletados na pesquisa.

Importante mencionar que os entrevistados não receberão nenhum pagamento por participar da pesquisa.

Endereço do responsável pela pesquisa:

Nome: Camila Pinto Fernandes Lins
Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)/MAPP
Endereço: Universidade Federal do Ceará, Campus do Pici, Bloco 873, Fortaleza – Ce. CEP: 60020-181
Telefones para contato: (85) 988633091

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

Nome do participante da pesquisa	Data	Assinatura
Nome do pesquisador	Data	Assinatura
Nome da testemunha (se o voluntário não souber ler)	Data	Assinatura
Nome do profissional que aplicou o TCLE	Data	Assinatura